



República da Guiné-Bissau

RELATÓRIO FINAL

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO
DE ISTAMBUL NA GUINÉ-BISSAU
2011 – 2020**

Bissau, 9 Março de 2020

PREFÁCIO

O presente relatório reflete e analisa o grau do progresso realizado na implementação do Programa de Ação de Istambul na Guiné-Bissau no horizonte 2011-2020.

No cômputo global, estima-se um nível de implementação bastante satisfatório cujas evidências vêm espelhadas em toda a extensão do relatório, através, nomeadamente, dos diferentes capítulos que compõem o mesmo.

Este relatório estrutura-se à volta de seis grandes áreas, desde a área produtiva até à de governação nas suas diversas vertentes, passando, entre outras pelo Desenvolvimento humano, em que se destaca a promoção da juventude e a problemática do género.

Verifica-se que, da forma como estão agrupadas, as áreas são coincidentes com certos eixos do Plano Estratégico e operacional Terra Ranka-2015-2020, nomeadamente o Desenvolvimento Humano e os Motores de crescimento que inclui a Agricultura e agroindústrias, pescas, turismo, minas, entre outros.

Para o período em análise -2011 e 2020, e em termos de documentos de referência nacionais, foram considerados, basicamente, o DENARP II, 2011-2015 e o Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka”, 2015-2020. Estes documentos são aqui considerados como parte do processo de planificação do Desenvolvimento Nacional cuja elaboração, sobretudo o “Terra Ranka”, foi largamente participativa e que estão alinhadas com muitos dos objetivos e metas e Aspirações, respetivamente da Agenda 2030 sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063 da União Africana.

Na área produtiva, foram elaborados vários instrumentos legais e programáticos para sustentar os setores que compõem esta área e que refletiram, certamente, nos resultados alcançados, designadamente ao nível

de infraestruturas (estradas e pistas rurais). Entretanto, notaram-se algumas insuficiências em termos de energia, embora com uma tendência de melhorias sensivelmente nos últimos dois anos, setor privado cujo desenvolvimento é ainda tímido.

Na área da Agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural merecem destaques os apoios ao empoderamento das mulheres no setor agrícola e as medidas e ações conducentes à erradicação da fome.

Quanto à área do Comércio e produtos de base, ela é indiscutivelmente dominada pela exportação de castanha de caju, o que faz com que a economia guineense seja não diversificada com todas as consequências dela resultantes

A Área do Desenvolvimento Humano e Social constitui, de uma forma geral, a área menos desenvolvida, ou seja, com resultados pouco palpáveis em relação a quase todos os setores que compõe (educação, saúde, proteção social, água e saneamento, juventude, género), não obstante todas as boas intenções traduzidas em estratégias e programas.

Na área de Mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento e reforço de capacidades, registaram-se progressos assinaláveis, nomeadamente em relação às poupanças internas e receitas do Estado, ajuda pública ao desenvolvimento, embora se continue a colocar enormes desafios em termos de utilização dos recursos mobilizados por forma a que possam ser traduzidos em crescimento e desenvolvimento económico e social do país.

Escusado será dizer que a Boa Governação é, sem dúvida, o elo fraco de todas as áreas, quer ao nível político, económico e da Administração pública, com o agravante de que todas as demais áreas dependem indissociavelmente desta área, daí o grande desafio que se coloca ao país e aos seus governantes, políticos, deputados e sociedade civil.

Marcelo Pedro D`ALMEIDA

Diretor Geral da Cooperação Internacional

Ponto Focal Guiné-Bissau

Conteúdo

Siglas	7
INTRODUÇÃO	9
I. Processo de Planificação do Desenvolvimento Nacional	11
II. Avaliação dos Progressos e Desafios durante a implementação do Programa de Ação de Istambul no período de 2011-2020	12
A. Capacidade Produtiva	13
1. Infraestrutura	19
2. Energia e água	24
3. Ciência, tecnologia e inovação	26
4. Desenvolvimento do setor privado	27
B. Agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural.....	25
1. Visão geral de iniciativas bem-sucedidas na área de segurança alimentar, desenvolvimento rural e igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no setor agrícola.....	25
2. Ações tomadas no contexto da diversificação no setor agrícola e estratégias para combater o impacto de eventos climáticos adversos na agricultura.....	26
3. Estratégias, ações e políticas implementadas para acelerar a erradicação da fome.....	27
C. Comércio e Produtos de Base	29

1. Medidas adotadas para melhorar a produtividade e a competitividade, diversificar e expandir a base de exportação do país	30
2. Restrições e barreiras críticas que impedem uma maior integração do país nas cadeias globais de valor	32
D. Desenvolvimento Humano e Social	38
1. Educação	38
2. Saúde Pública	41
3. Proteção Social	43
4. Capacidade Económica e Produtiva	44
5. Água e Saneamento	47
6. Promoção da Juventude	48
7. Género e Desenvolvimento Humano e Social na Guiné-Bissau	49
E. Mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento e reforço de capacidades	52
1. A evolução da poupança interna e as receitas do Estado	52
2. Progressos na mobilização de recursos domésticos	55
3. Os desafios na mobilização dos recursos internos	57
4. A ajuda ao desenvolvimento	59
i. O alinhamento da Ajuda ao Desenvolvimento no âmbito dos planos e prioridades nacionais	60
ii. A contribuição da Ajuda ao Desenvolvimento das prioridades do Programa de Ação de Istambul	62
iii. Os desafios e constrangimentos da Ajuda ao Desenvolvimento	63
5. A Dívida Externa	66

i.	As tendências e a vulnerabilidade da dívida pública.....	66
ii.	O peso da dívida e do serviço da dívida ao país	67
iii.	As medidas adotadas na realização de uma dívida sustentável.....	68
6.	Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	70
i.	O impacto do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) sobre o desenvolvimento 70	
ii.	A contribuição do IDE em áreas-chave de desenvolvimento	73
iii.	Exemplos de políticas implementadas para atrair o IDE e garantir o seu impacto.....	73
7.	Remessas dos Emigrantes	76
i.	O impacto das remessas no desenvolvimento como um complemento a outras fontes de desenvolvimento.....	77
F.	Boa Governação em todos os níveis	79
1.	As políticas e as medidas tomadas para melhorar a governação	80

Siglas

Siglas

ADPP – Ajuda de Povo Para Povo

AGUIBEF – Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar

AMIC – Associação dos Amigos da Criança

ANP – Assembleia Nacional Popular

BAD – Banco de Africano de Desenvolvimento

BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental

BM – Banco Mundial

BOAD – Banco de Desenvolvimento da África Ocidental

CECOME – Central de Compras de Medicamentos

CFE – Centro de Formalização de Empresas

CIDA – Aconselhamento e Apoio em SIDA

CNJ – Conselho Nacional da Juventude

DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

DGC – Direção Geral das Comunidades

EAGB – Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau

EVF – Educação para a Vida Familiar

FISCAP – Serviço Nacional de Fiscalização e Controle de Actividades de Pesca

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNPI – Fundo de Promoção à Industrialização de Produtos Agrícolas

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMC – Instituto da Mulher e Criança

INE – Instituto Nacional de Estatística

MEF – Ministério da Economia e Finanças

MEN – Ministério da Educação Nacional

MEPIR – Ministério da Economia, Plano e Integração Regional

MICS – Multiple Indicator Cluster Survey

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OGE – Orçamento Geral do Estado
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organizações Não Governamentais
PAM – Programa Alimentar Mundial
PASA – Projeto de Apoio à Segurança Alimentar
PEASA – Projeto de Emergência de Apoio à Segurança Alimentar
PEO – Plano Estratégico Operacional
PGA – Plataforma de Gestão de Ajuda
PIB – Produto Interno Bruto
PPME – Países Pobres Muito Endividados
PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento da Sanitário
PNIA – Plano Nacional Investimento Agrícola
PNIEG – Plano Nacional sobre a Igualdade e Equidade de Género
PNLS – Programa Nacional de Luta contra o SIDA
PNP – A Política Nacional da População
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAJ – Rede Nacional das Associações Juvenis
SNLS – Secretariado Nacional de Luta contra Sida
TARV – Tratamento Anti-Retroviral
EU – União Europeia
UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana
ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

A elaboração do presente relatório insere-se no âmbito da implementação da Declaração de Istambul na Guiné-Bissau. Este programa adotado em maio de 2011 durante a Quarta Conferência das Nações Unidas para os Países Menos Desenvolvidos (PMD) na Turquia, visa contribuir para a instituição de uma agenda engajada e acordada pela comunidade internacional para responder os desafios específicos dos países menos avançados e em vias de desenvolvimento, baseando-se nos princípios fundamentais de responsabilidade mútua e cooperação internacional aprimorada.

O objetivo geral deste programa é superar os problemas estruturais encontrados pelos países menos desenvolvidos, a fim de erradicar a pobreza, alcançar os objetivos de desenvolvimento adotados em nível internacional e permitir que esse país saia desta categoria, reconhecendo assim o seu enorme potencial de crescimento económico global, garantindo a estabilidade e produzindo prosperidade.

Ao nível de cada país, a produção deste informe é liderado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e do Plano. No caso da Guiné-Bissau tiveram sob a coordenação dos Diretores Gerais de Cooperação Internacional (MNE) e do plano (MEF-SEPIR), por intermédio de recrutamento de uma equipa de consultoria nacional que trabalhou em articulação com o grupo de trabalho e os pontos focais designados para esse fim. O PNUD, por meio de sua Unidade de Políticas e Estratégias (UPS), também forneceu assistência técnica na sua concretização.

Deste modo, foi possível rever as diretrizes da Convenção de Istambul, Reunir informações e dados estatísticos para análise e identificar lacunas nesse nível e por fim, a produção da análise e avaliação situacional do estado de referência do país.

I. Processo de Planificação do Desenvolvimento Nacional

Elaborado uma visão estratégica de desenvolvimento a longo prazo – Terra Ranka, 2015-2025”

- a. Processo participativo e inclusivo
- b. Sufragado pelo parlamento
- c. Aprovado e financiado pela Comunidade Internacional
- d. Não implementado devido a sucessivas mudanças do governo resultado da instabilidade política e governativa

Iniciado o processo de adequação do Plano Estratégico Operacional a metas regionais e mundiais

Harmonização de PEO às metas da UA 2030

Alinhamento do PEO às metas de ODS

II. Avaliação dos Progressos e Desafios durante a implementação do Programa de Ação de Istambul no período de 2011-2020

A. Capacidade Produtiva

Capacidade produtiva é a quantidade de bens e serviço que um país pode produzir num determinado período de tempo. Há muitos fatores que podem influenciar diretamente ou indiretamente a capacidade produtiva de um país, com destaque para: As vantagens naturais – Vantagens comparativas e custo de oportunidade –, fatores humanos – nível da educação primária, secundária e terciária –, fatores internos – ambiente de negócio – e fatores externos – conjuntura macroeconômica mundial.

A Guiné-Bissau possui vantagens naturais na produção e fornecimentos de alguns bens e serviços, com destaque para a produção agrícola, pesca e prestação de serviços de turismo. Estas vantagens têm influenciado, cada vez mais, nas elaborações e adoções das estratégias de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, onde se destacam¹:

1. A Carta da Política do Desenvolvimento Agrário (CPDA). A CPDA apresenta de forma coerente as diferentes políticas sub-setoriais (agricultura, pecuária e floresta) e as suas interações com outros setores, em especial os da pesca, obras públicas, ambiente, educação, promoção feminina e comércio;
2. Ao adotar, em Maputo, em 2003, o Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura em África (PDDAA), componente agrícola da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o estado da Guiné-Bissau comprometeu-se a destinar pelo menos 10% do seu orçamento nacional para agricultura como base de crescimento econômico;
3. Em 2013, o Governo adotou o Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA 1ª geração) que, segue as orientações do PDDAA assim como as da NEPAD com objetivos de acelerar o crescimento

¹ Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Bafatá
[file:///C:/Users/ADMIN/Desktop/ISTAMBUL/PDAR_Bafata_VF%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ADMIN/Desktop/ISTAMBUL/PDAR_Bafata_VF%20(1).pdf)

- agrícola, reduzir a pobreza e alcançar a segurança alimentar e nutricional;
4. Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II, 2011 – 2015 (DENARP II), que destacava como uma das prioridades numa das alíneas do seu ponto 3 – promover o desenvolvimento económico durável –, a necessidade de apoio e acompanhamento constante das fileiras com maiores potenciais de beneficiamento;
 5. Em 2015 o Governo apresentou em Bruxelas o Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka” no qual reafirma a prioridade do Governo, estabelecendo orientação para a transformação do setor agrícola;
 6. Programa de governação para a IX Legislatura (2014-2018), que tinha num dos sub-pontos do domínio agricultura e desenvolvimento rural, as preocupações que se seguem: Promover a intensificação e diversificação da produção de culturas alimentares (cereais, raízes, tubérculos, horto frutícolas, leguminosas e etc, estabelecer mecanismos de apoio à produção, comercialização, transformação, armazenamento e conservação dos produtos alimentares e de renda e elaborar um estudo que aperfeiçoe os mecanismos que devem integrar os modelos de microcréditos e co-financiamento de ajudas diretas visando apoiar as associações camponesas, os ponteiros e as culturas de exportação, modulado em função da utilização das poupanças;
 7. Criação de Comité Nacional de Indicações Geográficas, no quadro da implementação do Projeto de Apoio as Indicações Geográficas – PAMPIG –, sigla em francês, da Organização Africana de Propriedade Intelectual – OAPI – que visa valorizar e promover os produtos agrícolas, artesanais e industriais, através da Indicação Geográfica IG, dos países membros;
 8. Implementação da lei da terra e seu regulamento e;
 9. Lei de base ambiental, lei de avaliação ambiental e instrumentos legais e lei das áreas protegidas.

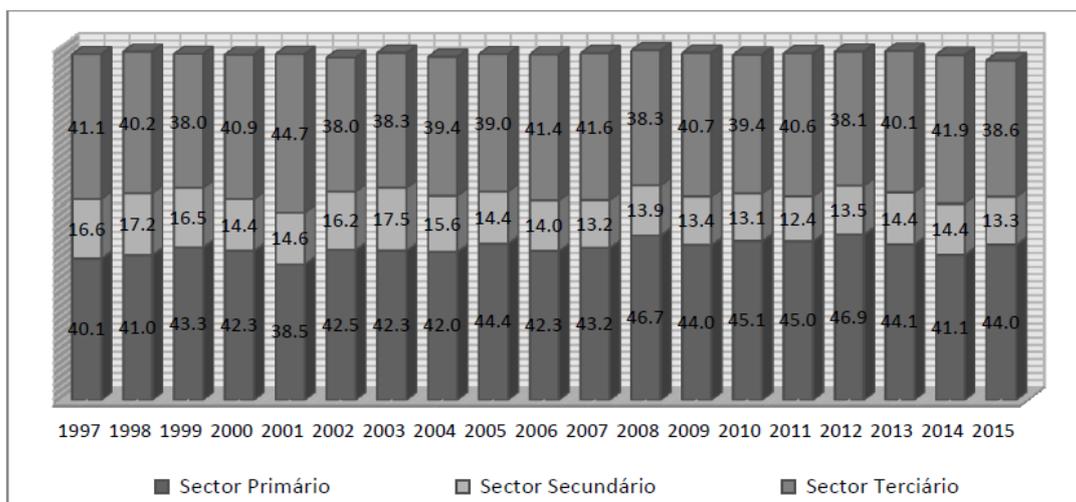
Para o efeito, o Plano Estratégico Operacional “*Terra Ranka*” (2015-2020)², em fase final de execução, destacou no seu capítulo 8, a castanha de caju, principal produto de exportação da Guiné-Bissau, entre aqueles que possuem maior capacidade de valor acrescentada, mas que ainda carece de reformas profundas com vista a facilitar a transição de exportação em forma bruta para a exportação da castanha de caju com valor agregado. A capacidade instalada de processamento tem crescido substancialmente, saindo de menos de 15.000 mil toneladas em 2013 para 40.000 mil toneladas em 2015, porém a diferença entre a capacidade potencial de processamento (10000 mil toneladas) e o efetivo (250 toneladas) tem estado abaixo dos 4%. (INE 2017)

O programa 41 de Plano Estratégico Operacional “*Terra Ranka*”(2015-2020) prevê quadruplicar o rendimento proveniente do setor e alcançar uma taxa de transformação local de 30 %. Para o efeito, uma série de ações incluindo a assistência à produção e a estruturação das atividades de transformação foram planificadas. O sector secundário (indústria) que, teve um crescimento de 4,8% em 2016 contra 5,1% em 2015 tem deixado a desejar, se comparado com os outros dois setores – primário e terciário – que, tiveram um crescimento de 5,3% em 2016 contra 2,9% em 2015 e 4,7% em 2016 contra 6,6% em 2015 respectivamente. Esses últimos têm desempenhado o papel de carro chefe no aumento da capacidade produtiva e consequentemente no crescimento do PIB da Guiné-Bissau. (INE 2017)

Nessa linha, o setor que parece ser o principal impulsionador da economia na maioria dos países do mundo, se transformou em vilão de retrocesso do crescimento econômico da Guiné-Bissau. Trata-se do setor secundário ou industrial, com as atividades de transformação. Isso ficou evidente no gráfico abaixo, onde se observa que, em termos de contribuição percentual na formação do PIB, o setor secundário participa com apenas 13% em média, desde 1997 até 2015.

² GUINÉ-BISSAU 2025 PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL 2015-2020 “Terra Ranka”
DOCUMENTO II : RELATÓRIO FINAL
<file:///H:/Turismo/Plan%20strategie main%20report port.pdf>

Figure N°. : Guiné-Bissau: participação percentual dos grandes setores no PIB (1997-2015)



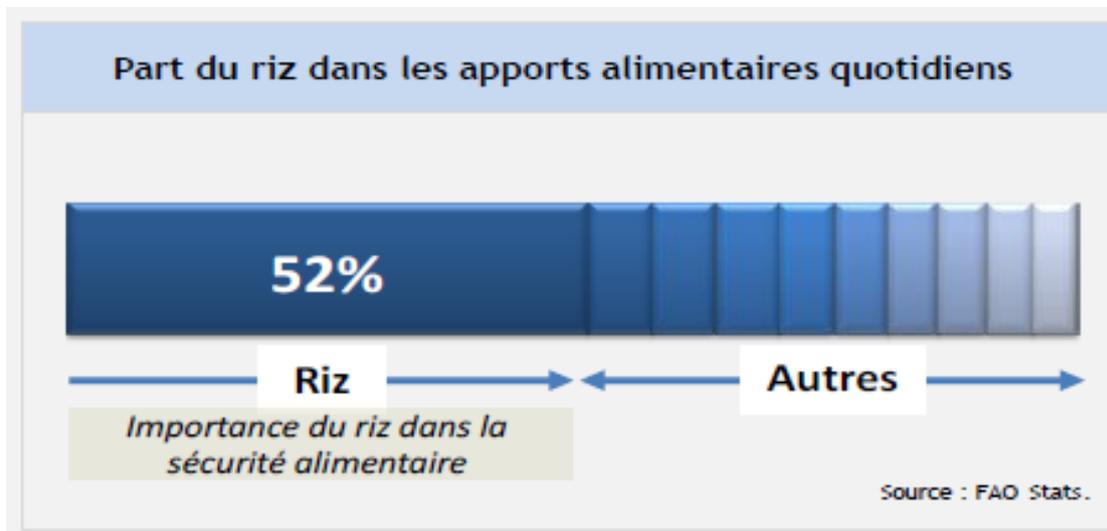
Fonte: INE 2017

A preocupação acima levantada, relativa à contribuição do setor secundário para o PIB da Guiné-Bissau, cabe assinalar ainda outro fator que deixa mais nítida a vulnerabilidade e a consequente dependência da economia nacional ao mercado externo: trata-se do fator relacionado com as importações de produtos de consumo básico. Esta situação acaba tornando a dinâmica do mercado interno mais complexo, e o nível de preços muito dependente da evolução de preços desses produtos no mercado internacional. Para dar cobro a esta situação, está previsto no Plano Estratégico Operacional “*Terra Ranka*” (2015-2020) a criação Zona Económica Especial (ZEE)³ multisectorial em Bissau que, permitirá contornar os inúmeros obstáculos actuais ao investimento industrial e oferecer num só lugar toda a infra-estrutura, os serviços, instalações e vantagens fiscais de que necessitam as indústrias para transformar localmente o caju e os produtos da pesca ou fabricar outros produtos industriais.

Apesar de beneficiar de condições climáticas propícias para a agricultura, o país importa anualmente uma média de 150 mil toneladas de arroz, o que tem um impacto negativo sobre a balança comercial tradicionalmente deficitária.

³ RELATÓRIO NACIONAL DE SEGUIMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL 2015-2020 “*Terra Ranka*” ALINHADO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) – 2019

Este cereal é a base alimentar do guineense, o gráfico abaixo mostra a proporção do seu consumo diário. Nesta perspetiva o governo considera imperativo produzir pelo menos o suficiente para o consumo interno, passando das 200 mil toneladas atuais para 450 a partir de 2020. (PEO, 2015)



O sector das pescas dispõe de boas condições naturais para o desenvolvimento dos recursos haliêuticos. A potencialidade de produção de peixe na zona económica exclusiva (ZEE) é estimada em 250.000 toneladas por ano. A emissão de licenças de pescas às embarcações estrangeiras é uma importante fonte de rendimento para os cofres do estado, segundo o DENARP II, tiveram uma contribuição na ordem de 14 milhões de dólares representando entre 25-40% das receitas públicas.

Nos que diz respeito à captura anual por espécie, os Crustáceos ocupam a primeira posição em 2015, registou-se a maior utilização das possibilidades da pesca atribuída, com 55,53% de utilização. A maior captura foi na ordem de 3.280 toneladas, correspondendo o esforço de pesca de 29 navios. A partir dos finais de 2015, registou-se a diminuição de esforço de pesca que teve o seu impacto de 2016 a 2017 que se culminou com aumento das capturas. Os valores mais baixos foram registados em 2018 e deveu-se a suspensão de acordo de parceria de pesca entre a Guiné-Bissau a União Européia.

Em segundo lugar os Cefalópodes que, registou um aumento de captura na ordem 5.825 toneladas em 2016. A captura desta espécie teve crescimento nos anos 2016 e 2018 e uma queda acentuada em 2015 e 2017. As duas últimas

espécies do ranque são: os Peixes Demersal, com a quantidade variando de 30.000 toneladas em 2015, contra 48.824 toneladas em 2016 e cerca de 25.000 toneladas em 2018 e Peixe Pelágico, contribuindo com 85.000 toneladas capturadas em 2015, contra 112.293 toneladas em 2016 e 80.000 Toneladas em 2018.

Ainda sobre o setor das pescas, em 2018, realizou-se uma campanha de avaliação dirigida aos stocks de recursos haliêuticos na ZEE da Guiné-Bissau de 12 milhas de linha da costa até aos 600 metros de profundidades. As estimativas globais dos referidos recursos alcançaram 300.000 toneladas, sendo que os Demersais obtiveram a maior percentagem (79%), seguido de Crustáceos com 14% e Cefalópodes 9%.

O turismo tem contribuído cada vez mais no crescimento econômico da Guiné-Bissau, nos últimos anos, tem se trabalhado muito na elaboração dos planos e estratégias que visam modernizar e garantir desenvolvimento durável e sustentável deste setor da economia, com destaque para: estratégia nacional de eco-turismo⁴, carta de política nacional de desenvolvimento de eco-turismo na Guiné-Bissau⁵ e Plano Director de Turismo e Zoneamento Turístico da Guiné Bissau e Bijagós⁶.

O plano nacional de turismo prevê levar a cabo quatro atividades com vista a impulsionar este setor na Guiné-Bissau: (1) Um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios; (2) Um turismo que maximize os efeitos multiplicadores, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social; (3) Um turismo que aumente o nível de competitividade da Guiné Bissau e Bijagos, através da aposta na qualidade dos serviços prestados; (4) Um turismo que promova a Guiné Bissau e Bijagos, no mercado internacional, como destino diversificado e de qualidade.

Para tal, a Guiné-Bissau, através da Secretaria de Estado de Turismo e Artesanato pretende criar condições favoráveis para dinamizar o sector de imobiliário turístico, garantir o crescimento de turismo a taxas médias de 15% por ano, aumentar a média de estadia para 5,5 dias, aumento do numero de

⁴ Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiné-Bissau (2016 - 2021), Guiné-Bissau - Terra da Biodiversidade

⁵ Carta de Política Nacional DE DESENVOLVIMENTO Do Ecoturismo na Guiné-Bissau

⁶ Plano Director de Turismo e Zonamento Turístico da Guiné Bissau e Bijagós

emprego médio gerado pela atividade turística, aumento da captação de receitas e do impacto de turismo sobre o PIB. Por outro lado, o governo através Plano Estratégico Operacional “*Terra Ranka*” (2015-2020) prevê a criação Zona Turística Especial (ZTE) nas Ilhas Bijagós que, permitirá criar condições para um desenvolvimento rápido mais enquadrado na oferta turística das Bigajós em sintonia com a meta de fazer dela até 2020 um destino de referência mundial para a pesca desportiva e o ecoturismo de primeira classe.

1. Infraestrutura

O sector da infra-estrutura e, a seu avançado estado de degradação, tem constituído preocupação do governo da Guiné-Bissau, pela sua reconhecida importância na capacidade produtiva de qualquer país. No documento de Avaliação do Plano Estratégico Operacional (APEO 2019), foi planejado por em prática treze (13) programas, dezassete (17) resultados de efeitos e uma bateria de indicadores, com objetivos de melhorar as infra-estruturas do país.

Seguem os programas a serem implementados no quadro dos esforços para adequar a economia nacional as exigências nacionais e internacionais e consequentemente torná-la mais competitivo: (1) Reformas e fortalecimento institucional do sector de transporte, (2) Implementação do esquema diretor de infra-estrutura de transporte, (3) Reformas e fortalecimento institucional do setor de eletricidade e de água, (4) Implementação do esquema diretor de energia, (5) Implementação do esquema diretor de abastecimento de água, (6) Reabilitação e fortalecimento da rede de água e de eletricidade, (7) Reformas e fortalecimento Institucional do setor digital, (8) Promoção e utilização das TIC, (9) Desenvolvimento das Infra-instrutoras digitais de base, (10) Reformas e fortalecimento institucional, (11) Programa de urgência de desenvolvimento integral do arquipélago de Bijagós (12) Esquema diretor de gestão urbana, (13) Habitação e construção. (APEO 2019)

No quadro do esforço empreendido pelo governo na procura de financiamento para a implementação de projetos de construção dos portos em águas profundas de Buba e Pikil, já cintila uma luz ao fundo do túnel, porque foi assinado um acordo no 1º de Agosto de 2019, entre o Governo e o BAD, num montante de 2 milhões de USD, para a realização do estudo de viabilidade técnica e

económica para a construção do Porto Grande de Buba. O projecto de construção deste porto ainda se encontra na fase de estudo de viabilidade técnica e económica, assim como de procura de parcerias e financiamento, mas há muitos parceiros e empresas interessados. (APEO 2019)

O setor das telecomunicações é um dos com mais avanços verificados nos últimos anos, dum lado pelas facilidades que imprimiu em todas as dimensões da vida nacional, e sobretudo, pela diversificação dos serviços oferecidos (internet, chat, avanço crédito, etc.). Não obstante, este período que também foi marcado pela paralisação das empresas nacionais “Guinétel e Guiné Telecom”. A sua reativação está na agenda do governo bem como a ligação do país a um cabo submarino que permitirá entre outras ações, viabilizar a telemedicina e o ensino à distância. Já foi criada pelo governo da Guiné-Bissau, o consórcio Bissau Cabo, que deverá encarregar de gerir o acesso ao cabo submarino no âmbito do projeto ACE (African Coast to Europe) que fornece Internet para mais de 20 países desde França até à África do Sul, numa distância de cerca de 17 mil quilómetros quadrados. O consórcio Bissau Cabo, fez-se amarração do cabo submarino e falta concluir a construção da estação terrestre, na vila de Suru, arredores de sector de Prabis, região de Biombo, para garantir a transformação e propagação do sinal que virá do cabo. A conclusão das obras, estão previstas para fevereiro de 2020.

A realização da 1ª conferência sobre as telecomunicações promovida pelo governo foi um espaço para diagnosticar os estrangulamentos ligados a gestão das redes nacionais que culminaram com a sua cessação de serviços e explorar novas pistas de parceria para o seu relançamento.

Nos últimos anos o sector das telecomunicações conheceu progressos significativos através dos investimentos feitos por operadoras de rede móvel. Estes progressos deverao ser continuos, uma vez que, as telecomunicações e novas tecnologias estão em constante evolução, devendo o país tentar acompanhar este avanço para não ficar excluído do crescimento e inovação.

O número de telemóveis registados cresceu, representando uma taxa de penetração de cerca de 3% da população. Na cidade de Bissau, são vendidos cartões pre-pagos e pacotes iniciais de todas as redes. As chamadas nacionais funcionam facilmente e com qualidade aceitável. Já as chamadas internacionais funcionam menos regularmente.

A rede telefónica é ainda muito diminuta, e a rede de acesso a Internet muito incipiente pelo que propomos o melhoramento das redes de comunicação.

No sector dos transportes, através do Programa de Reformas e Fortalecimento Institucional do sector e dos esforços para cumprir as recomendações da CEDEAO e da UEMOA, foram levados a cabo: a elaboração do quadro legal de parcerias público-privadas para o desenvolvimento do sub-sector de transporte aéreo, já aprovado e será implementado em 2020 –, com a implementação deste quadro legal, estará a ser lançada uma nova oportunidade de desenvolvimento para o setor dos transportes, incentivando investimentos privados para abrirem novos negócios que possam desenvolver a economia –, criação do Código Nacional Sobre os Direitos de Passageiros Aéreos Harmonizado com o Regulamento Comunitário da CEDEAO/UEMOA, com previsão de implementação para 2020.

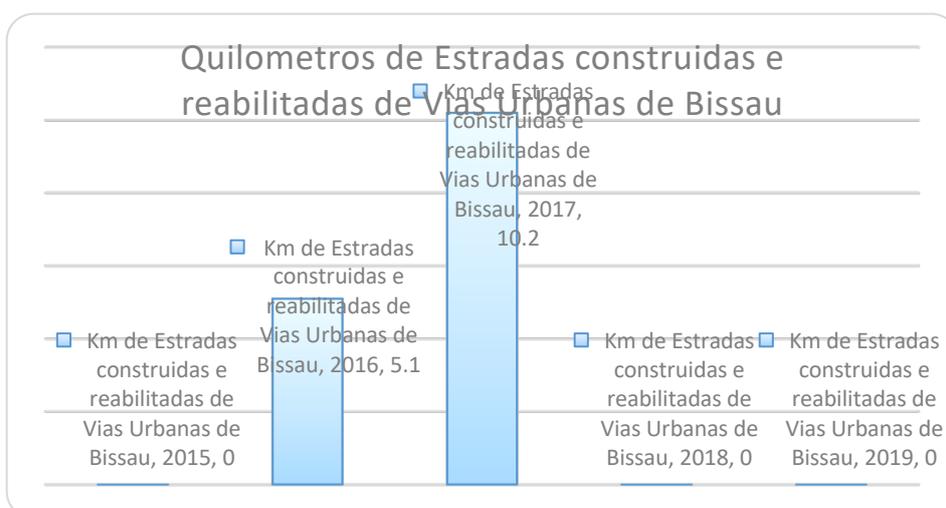
O acordo retro referido já foi atualizado e harmonizado com a legislação comunitária, promulgado e publicado no Boletim Oficial –, implementação do esquema diretor de infra-estrutura de transporte.

Embora não tenham sido construídos terminais, existe um projeto arquitetónico modelo para a construção de terminais em Bissau e nas cidades do interior, em sedes de regiões. Depois da ligação de Bissau as ilhas de Bijagos ficam muito tempo paralisadas, recentemente foi comprado mais um navio de passageiros, através da parceria entre o governo e a empresa espanhola Consulmar, porém a falta de dragagem e sinalização das vias fluviomarítimas e construções de novos caís de cabotagem continuam a ser grandes agentes constrangedores da mobilidade das pessoas, bens e serviços entre as ilhas o resto do território nacional.

Apesar de existir um memorando de entendimento assinado em 2019, entre o governo da Guiné-Bissau e da Gâmbia, ainda não existe nenhuma ligação marítima entre Guiné-Bissau e países da sub-região. No que diz respeito à infra-estrutura ligada a transporte aéreo, foi identificado um espaço para construção de um novo aeroporto, que se encontra em fase de legalização e, também, está em curso à identificação de financiamento para a construção do mesmo. Por outro lado, o país continua sem uma companhia aérea de bandeira nacional e até a data atual não foi realizado nenhum estudo de viabilidade,

algumas empresas privadas manifestaram o interesse para operar na Guiné-Bissau no domínio dos transportes aéreos.

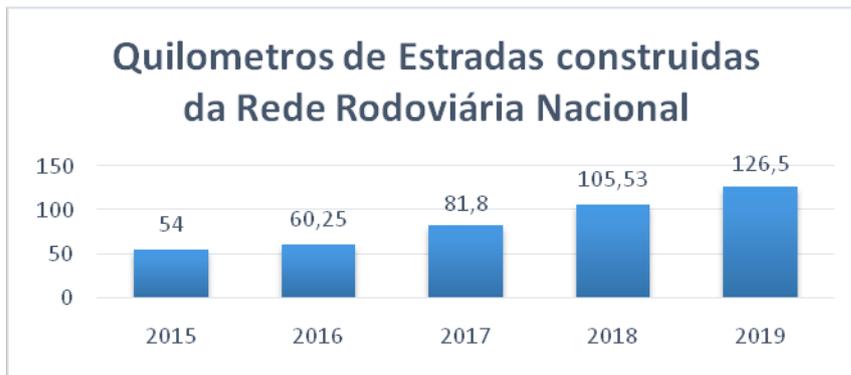
A reabilitação de Vias Urbanas de Bissau foi realizada com o financiamento do BOAD. O trabalho feito totaliza 22,70 km, dos quais 10,20 km são de vias urbanas de Bissau. Nesta intervenção foram construídos e revestidos 12,5 km da Rede Rodoviária Nacional (RRN). Os 10,20 km de vias urbanas de Bissau contemplam: Construção e revestimento de 5,80 km; e reabilitação de 4,40 km de vias revestidas. (APEO 2019)



Fonte: Avaliação PEO 2019

O financiamento do BOAD lhe permitiu a realização do projeto de construção e revestimento da estrada Buba–Catió, ainda na fase de finalização, numa extensão de 60 km. Esta intervenção, adicionada aos 12,5 km incluídos das vias urbanas de Bissau, perfaz 72,5 km.

As evoluções dos trabalhos demonstram claramente o aumento dos quilómetros construídos ou reabilitados por ano. Assim, se conclui que há um crescimento quase que exponencial em direção da meta 2020 (250 km) fixada no PEO (2015–2020).



Fonte: Avaliação PEO 2019

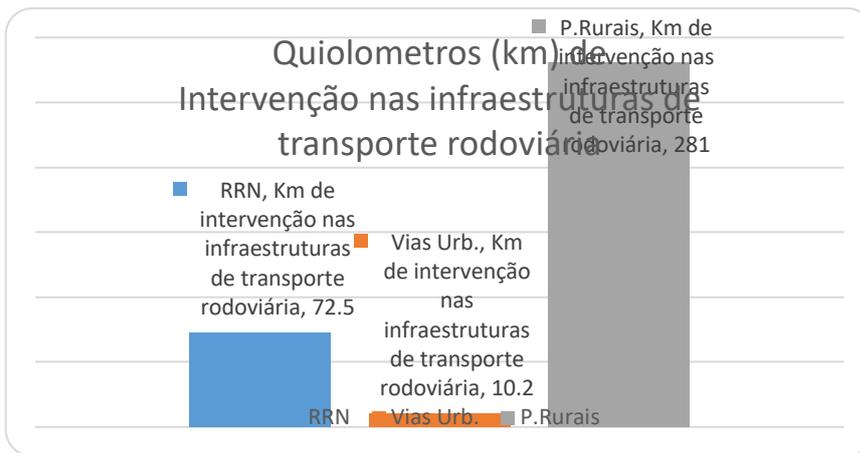
No âmbito dos Projetos de Desenvolvimento Dirigidos pelas Comunidades (PDDC), financiado pelo Banco Mundial (BM), foram reabilitados cerca de 281 km de pistas rurais, salienta-se que esta intervenção abrangeu quatro regiões do país. Norte: Oio 79,26 km, Biombo 14,49 Km e Cacheu 55,99 Km. No Leste: Bafatá 130,94 km.

Por outro lado, foi reabilitado 281 km de pistas rurais, uma mais-valia em relação ao desenvolvimento dos serviços de transporte a nível nacional para a melhoria de circulação de pessoas e bens, principalmente para o escoamento de produtos agrícolas e a mobilidade para os centros de saúde e as escolas mais próximas das aldeias que beneficiadas deste projeto.



Fonte: Avaliação PEO 2019

O gráfico abaixo demonstra resumo geral das intervenções realizadas nas infra-estruturas de transporte rodoviário por tipo de estradas durante o período de implementação do Plano Estratégico e Operacional «Terra Ranka», desde 2015 a 31 de Julho de 2019.



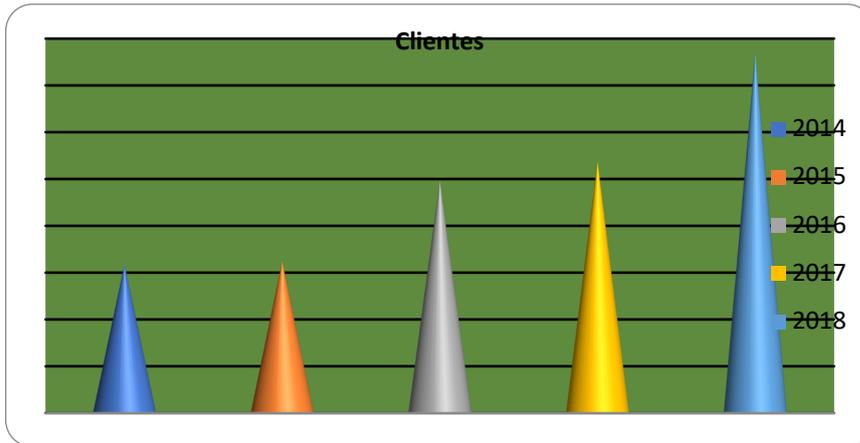
Fonte: Avaliação PEO 2019

2. Energia e água

A Guiné-Bissau continua a deparar com problema de escassez de fornecimento de energia e água, é notável o desequilíbrio de oferta e demanda causada pela ineficiência da EAGB que, continua a não aproveitar todas as oportunidades que o mercado lhe concede de melhorar a eficácia dos serviços prestados. Para tal, o PEO 2015 estabeleceu a meta de até 2025, para garantir um melhor fornecimento de eletricidade e água, através das reformas institucionais do sector da energia e da água, a toda população da Guiné-Bissau.

Em 2014 havia 31.816 consumidores e esse número tem vindo a aumentar exponencialmente cada ano que passa. Os dados atualizados indicam que o número de população com acesso à eletricidade atingiu 76.970 consumidores em 2018. O número de clientes tende a aumentar cada vez mais, principalmente nos centros urbanos. Na verdade, a evolução deste indicador é dinâmica e a meta prevista para 2025 já foi ultrapassada sem contar com clientes da nova central de Buba que já começou a operar no sul do país este mês, outubro de 2019.

O gráfico abaixo ilustra a situação real do país, demonstra evolução da demanda de energia elétrica na Guiné-Bissau.

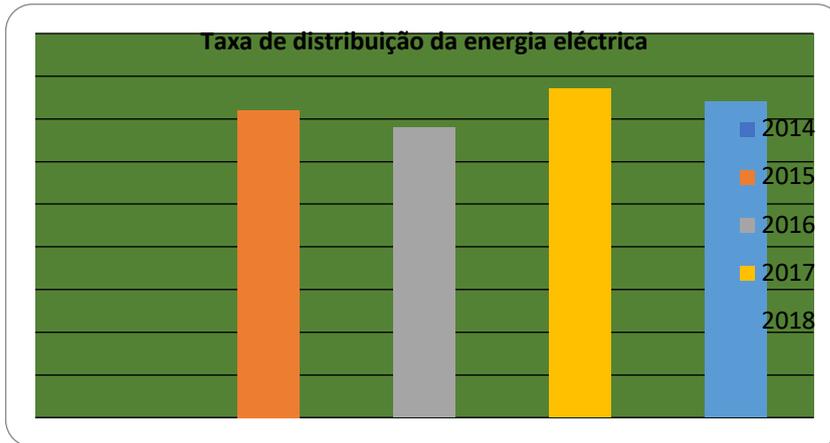


Fonte: Avaliação PEO 2019

Quanto à proporção da população com acesso a água de qualidade, o PEO 2015 estabelece uma meta de 80% até 2020 que, dificilmente será concretizado por causa da paralisação do normal funcionamento das instituições da República na nona legislatura, provocada pela crise política. Também, está em curso o projeto PUASEE do Banco Mundial que consiste no apoio ao serviço de abastecimento de eletricidade e água na cidade de Bissau.

No quadro projecto da energia da Organização para a Valorização da Bacia do Rio Gâmbia (OMVG), estão em curso os trabalhos de lançamento da linha de interconexão de 225 kV numa extensão de 218 km e da construção de 4 postos de alta e média tensão (HT e MT) nas localidades de Saltinho, Bambadinca, Mansoa e Bissau. A conclusão desses projetos irá reduzir drasticamente o custo de eletricidade ao consumidor.

Há uma evolução positiva da taxa de distribuição da energia produzida, apesar do decréscimo verificado em 2016 à taxa de 68% contra expoente máximo de 77% em 2017, de 2015 para 2018, houve oscilação na distribuição da energia em todo o país. Os 74% verificados em 2018 inspiram esperança de que a meta de 80% possa ser atingida em 2025. (APEO 2019)



Fonte: Avaliação PEO 2019

Ainda na mesma linha de atividade, o governo tem trabalhado na operacionalização da conexão sub-regional a partir da barragem de Kaleta na vizinha Guiné-Conacry e Sambangalou no Senegal, o que permitirá uma redução significativa dos custos e uma cobertura de cerca de 40% das necessidades energéticas do país.

3. Ciência, tecnologia e inovação

O fator humano é tido pelos especialistas como um dos catalisadores no deslocamento da fronteira de possibilidade de produção, ou seja, no aumento da capacidade de país produzir mais bens e serviço. A educação terciária é essencial no crescimento e consolidação das áreas de ciências, tecnologias e inovações é sem duvida um dos desafios de todos os países menos avançados.

A Guiné-Bissau tem tido sucessos em termos quantitativos e qualitativos, produzindo um número cada vez maior de técnicos com nível de educação terciária – licenciados, mestres e doutores –, provenientes das universidades locais e estrangeiras, em áreas cada vez mais diversificadas – Ciências Humanas, Ciências sociais aplicadas, saúde, biológicas e as engenharias.

Esta a ser implementado o Projeto de Reformas e fortalecimento Institucional do sector digital que, visa acompanhar a passagem de televisão analógica para a digital. O aspecto técnico foi concluído e validado em 2017. Aguarda-se a realização de um seminário de validação da parte jurídica para efeito da aprovação.

Também está em curso o Projeto de Cabo Sub-marino que, já se encontra em fase final de execução e, deverá entrar em vigor no mês de maio de 2020. A conexão da parte marítima foi concluída desde Abril de 2019, estando prevista a conclusão da parte terrestre para o primeiro trimestre de 2020. A amarração do cabo submarino e o início do processo de conexão plena representam mais de 60% de execução desse projeto.

Até a data presente, a Guiné-Bissau não gasta mais de 0,02% do seu PIB Agrário em Investigação. O Instituto Nacional de Pesquisa Agraria (INPA), continua sem verba necessaria para levar a cabo os seus projetos de pesquisa. O país já desenvolvia sementes de arroz melhorados nos anos 80, para além de formação de 350 agricultores como multiplicadores de sementes. Hoje, importa mais de 200 toneladas de sementes de arroz de água doce e a mesma quantidade para bolanhas de água salgada. (APEO 2019)

A continuar com esta situação, não se poderá esperar muita coisa em termos de implementação das ações de pesquisa conduzidas pelo Instituto Nacional de Pesquisa Agraria (INPA).

4. Desenvolvimento do setor privado

No quadro do Projeto de Reabilitação do Setor Privado, o governo tem levado a cabo reformas com vista a melhorar o ambiente de negócio de modo a atrair mais investimentos direto de estrangeiro. Foi criado um guichet único de formalização de empresas, sendo agora possível realizar todas as formalidades ligadas à criação de empresas num único espaço e num tempo record de um dia. A disponibilização de novas possibilidades de financiamento é também um assunto na ordem do dia, está em curso trabalhos com vista à edificação do crédito como uma das fontes de financiamento das empresas. A abolição do capital mínimo obrigatório é uma das propostas para impulsionar a criação de empresas, abolição de postos de controles internos (exemplo de corda de Safim) e criação de mecanismo de facilitação de crédito (BCEAO). Todas essas medidas contribuíram para melhoraria constante do no ranking da classificação de Doing Business, em termos de classificação mundial, entre os 190 países classificados, a Guiné-Bissau figura entre os 10 últimos países do

mundu: 2015 – 179; 2016 – 176; 2017 – 172; 2018 – 176 e 2019 – 175. (APEO 2019)⁷



Fonte: Relatórios do Banco Mundial (Doing Business 2015 – 2019)

⁷ RELATÓRIO NACIONAL DE SEGUIMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL 2015-2020 “Terra Ranka” ALINHADO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) – 2019

B. Agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural

A Guiné-Bissau dispõe dum vasto potencial agro-pastoril. A agricultura domina a economia com 69% do PIB, mais de 90% das receitas de exportação e 85% dos empregos directos e indirectos. De facto, o país é dotado duma biodiversidade preservada, de terras férteis e bem regada, bem como dum clima tropical propício a uma variedade importante de cultivos.

No quadro PEO (2015-2020), está previsto a reforma e fortalecimento institucional do sector agrícola, neste programa está estabelecido que, no prazo de até 2020, o sector agrícola seja explorado de forma ótima e sustentável, através de um quadro institucional adaptado e coerente, que facilite a coordenação das funções e responsabilidades de cada uma das partes componentes do sector agrícola e agroindústria. Contudo até o momento da elaboração deste relatório o decreto-lei de aprovação da 2ª geração do PNIA-SAN não foi submetido aos órgãos competentes para efeitos de aprovação. Porém, provavelmente, esta meta ainda pode ser cumprida até ao fim de 2020.

1. Visão geral de iniciativas bem-sucedidas na área de segurança alimentar, desenvolvimento rural e igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no setor agrícola

O Plano Nacional Investimento Agrícola (PNIA) 2ª geração⁸, um programa ambicioso que, assim como a PNIA 1ª geração, visa garantir reforço institucional, pesquisa e desenvolvimento, segurança alimentar e contribuir para a redução da pobreza no meio rural através da promoção das fileiras agrícolas mais vantajosas, melhorar a cadeia de valor, ambiente de negocio, com base na melhoria da parceria publica e privado. Preconiza nos seus sub-programas questões das mulheres, crianças, de resiliência social, da capacidade das populações rurais de resistirem os efeitos das mudanças climáticas, promoção das novas técnicas de cultivo que visam melhorar a capacidade produtiva das populações rurais e reduzir os efeitos nefastas das mudanças climáticas, produção de culturas alimentares destinadas ao consumo e à

⁸ Plan National D`investissement Agricole, 2ª generation, Ministère de l`Agriculture, Foret et L`elevation(Guiné-Bissau) 2017

exportação, graças à mecanização, ao controlo da água, à intensificação agrícola e à exploração das terras em todas as estações. Globalmente, o programa visa fazer da Guiné-Bissau um país auto-suficiente em termos de produção alimentar daqui à 2025,

Contribuir para o crescimento da produção alimentar a fim de garantir a segurança alimentar das famílias e para a promoção da exportação como factor de crescimento dos rendimentos dos camponeses, visto que a pobreza é antes de tudo uma questão de rendimento. (PNIA 2ª geração 2017)

O país detém um importante potencial de rizicultura – que contribui com 52 da alimentação cotidiana de cada guineense – e poderá contar com o desenvolvimento da horticultura, frutas florestais e criação de animais nos trabalhos da diversificação e aumento da escala de produção agropecuária.

Assim como aconteceu com PNIA 1ª geração, uma equipa constituída de peritos de todos os sectores chaves da economia participou na sua elaboração da PNIA 2ª geração (Agricultura, Florestas, Pecuária, Pesquisa, Ministérios sectoriais tais como a Pesca, a Economia e o Comércio), as organizações camponesas, o sector privado e a sociedade civil, os parceiros de desenvolvimento, assim como a Assembleia Nacional Popular e etc.

1. Ações tomadas no contexto da diversificação no setor agrícola e estratégias para combater o impacto de eventos climáticos adversos na agricultura

A PNIA 2ª geração, também, inclui todos os programas já financiados e em curso e também alguns programas novos. Programas novos lançados em 2010, tendo como a primeira fase prevista entre os anos (2010-2015), o projeto destina-se à criação e reabilitação das estruturas e infraestruturas de apoio à produção. Prevê-se ainda nessa fase, a implementação de um plano geral de ordenamentos hidroagrícola, de intensificação e diversificação da produção, assim como os programas de apoio aos produtores com factores de produção, formação, enquadramento e estruturação do mundo rural e das suas organizações. A falta de recursos financeiros condicionou a execução destas e mais ações inseridas nesse quadro. Impõe-se assim a continuidade de procura de financiamentos explorando outras pistas além das tradicionais,

nomeadamente parcerias público-privadas, o qual consta na ordem do dia do governo.

O país detém um importante potencial de rizicultura e poderá contar com o desenvolvimento da horticultura, frutas florestais e criação de animais no âmbito da diversificação agropecuária.

Assim como aconteceu com a PNIA 1ª geração, uma equipa constituída de peritos de todos os sectores chaves da economia participou na sua elaboração da PNIA 2ª geração (Agricultura, Florestas, Pecuária, Pesquisa, Ministérios sectoriais tais como a Pesca, a Economia e o Comércio), as organizações camponesas, o sector privado e a sociedade civil, os parceiros de desenvolvimento, assim como a Assembleia Nacional Popular e etc.

No quadro de assistência às populações vítimas de inundações, o governo tem desenvolvido ações de mitigação desse fenómeno em parceria com seus parceiros de desenvolvimento nomeadamente o Programa das Nações Unidas para a Alimentação (PAM) baseado essencialmente na distribuição de géneros alimentícios e sementes agrícolas.

2. Estratégias, ações e políticas implementadas para acelerar a erradicação da fome

A execução dos projetos PEASA, PADES, PASFA, PDCV Arroz e PASA e do fundo FIDA se inscrevem na filosofia do PNIA e contribuem para a promoção da segurança alimentar e a erradicação da pobreza.

No caso de PEASA em concreto, O Banco Mundial e a União Europeia financiaram a execução do projeto num montante global de cerca de dez milhões de dólares. Foram reabilitados 5.621 (cinco mil e seiscentos e vinte e um) hectares da terra para a produção de arroz. O projeto ainda beneficiou 28 mil crianças a partir das cantinas escolares.

O PASA é fruto da cooperação com a BOAD e aposta é dirigida principalmente na melhoria de capacidade produtiva de arroz através de reabilitação dos ordenamentos hidroagrícolas de mangrove e de bas fonds.

O Projeto de Desenvolvimento de Cadeia de Valor Arroz (PDCV Arroz) tem como objetivo principal, contribuir na melhoria da segurança alimentar e nutricional e também na redução da pobreza a nível nacional. E, tem como

objetivo específico, melhorar a cadeia de valor de arroz nas regiões de Bafatá e Oio, através de ações que visam melhorar a produtividade, as infra estruturas, maior capacidade resistência as mudanças climáticas, gestão sustentável dos recursos naturais agrícolas e a redução das desigualdades entre os sexos.

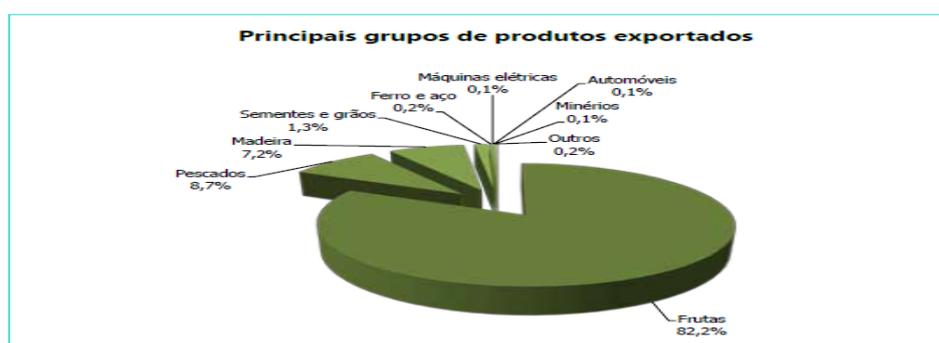
Espera-se que este plano – PNIA 2ª geração – venha a gerar um crescimento médio de 6% ao ano, reduzir a pobreza para metade e consolidar a segurança alimentar.

C. Comércio e Produtos de Base

A economia da Guiné-Bissau é um exemplo de “colonial poverty trap”, por não priorizar durante os cinco séculos, os investimentos em setores prioritários que, serviriam como base para diversificação da pauta de exportação e de relançamento da economia do país. Acumulou sucessivos saldos deficitários na balança comercial durante toda sua história, exportando praticamente um único produto – amendoim na época colonial e castanha de caju atualmente – e importa praticamente tudo de exterior, com destaque para os bens de consumo. O país exporta cerca de 200 mil toneladas de castanha em bruto (sendo 175.300 toneladas em 2015, 195.000 toneladas em 2016, 165.421 toneladas em 2017 e 150.740 toneladas em 2018). (APEO 2019)



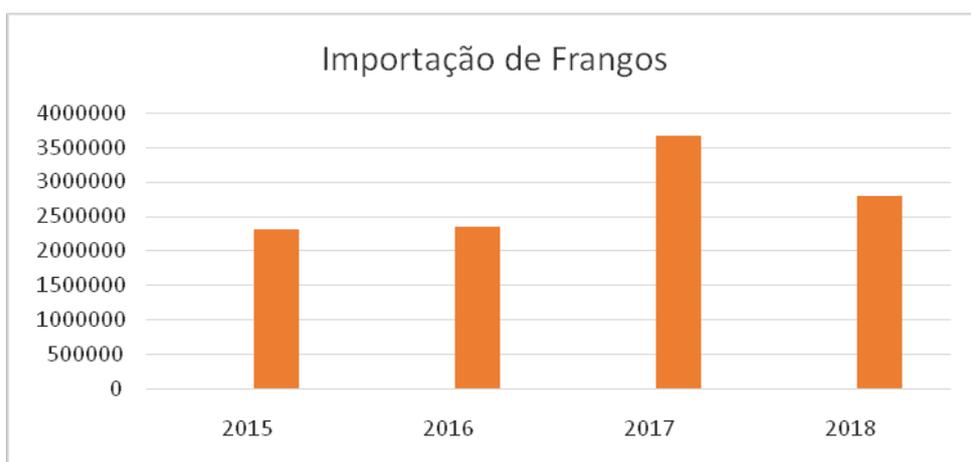
Fonte: Avaliação PEO 2019



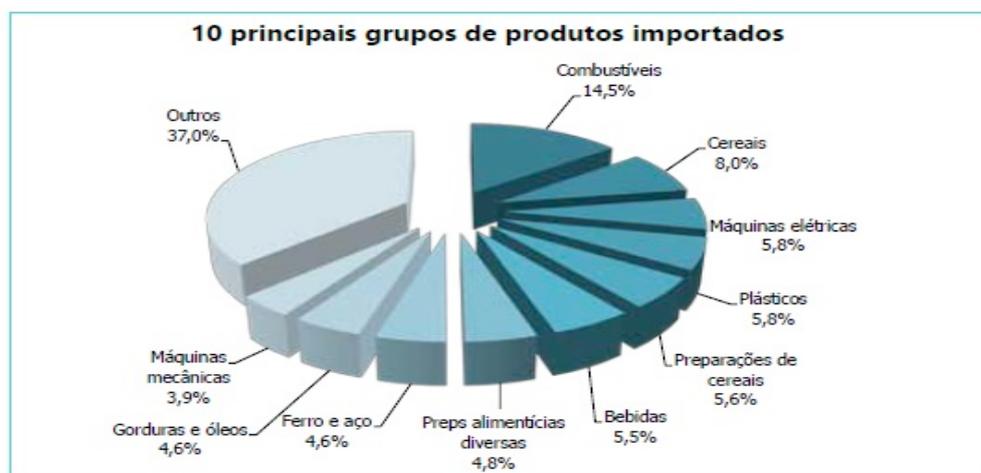
Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016⁹

⁹ INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL E COMÉRCIO EXTERIOR – GUINÉ-BISSAU 2016 <file:///C:/Users/ADMIN/Desktop/ISTAMBUL/INDGuineBissau.pdf>

Entre 2015 e 2018, a importação de frangos passou de 2.313.556 kg para 2.864.950 kg. Este aumento contraria a política de redução Gradual de importação deste produto, sendo 2.347.311 kg em 2016 e 3.674.292 kg em 2017. A manter esta tendência, dificilmente, o país poderá atingir meta de 1.500.000 kg em 2020.



Fonte: Avaliação PEO 2019



Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016.

1. Medidas adotadas para melhorar a produtividade e a competitividade, diversificar e expandir a base de exportação do país

Para tal, com vista a melhorar o desempenho da balança comercial, reduzir a dependência da exportação da castanha de caju, melhorar e diversificar a pauta de exportação, melhorar a produtividade e consequentemente a

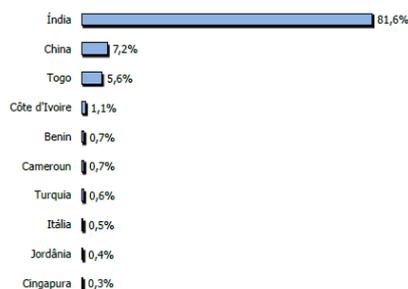
competitividade, o país criou a PNIA 2ª geração. Espera a aprovação na ANP, cujo objetivo é garantir a segurança alimentar e nutricional e, por outro lado contribuir no combate a pobreza no meio rural e promover as áreas agrícolas promissoras. Também, prioriza a produção de alimentos de qualidade para consumo interno e exportação, via mecanização, exploração da água, intensificação agrícola e exploração de terra em todas as estações do ano. Duma forma geral, o plano visa suportar os esforços da transição da Guiné-Bissau de país importador de quase tudo que consome, para um país auto-suficiente na produção de alimentos até 2030. (PNIA 2ª GERAÇÃO 2017)

Mais especificamente, e de acordo com as metas de crescimento de 6%, para o setor agrícola, até 2030, o programa incentivará culturas alimentares como cereais (arroz, sorgo, milho e milheto), raízes e tubérculos (mandioca), batata doce, inhame e taro), legumes (feijão verde, cebola, batata, tomate, repolho, cenoura, pimentão, pimentão), frutas (mangas, bananas, abacaxi e frutas cítricas...), culturas comerciais (caju, amendoim, gergelim e algodão), produtos agro-florestais alimentares, bem como especulações para exportação (mel, óleo de palma), tudo graças à disseminação e adoção de técnicas de produção aprimoradas, fornecimento em fatores de produção, mecanização, controle da água, intensificação de práticas agrícolas e exploração permanente e sustentável de terras agrícolas.

Direção das exportações da Guiné-Bissau
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Índia	201,28	81,6%
China	17,81	7,2%
Togo	13,91	5,6%
Côte d'Ivoire	2,73	1,1%
Benin	1,66	0,7%
Cameroun	1,64	0,7%
Turquia	1,54	0,6%
Itália	1,13	0,5%
Jordânia	0,91	0,4%
Cingapura	0,74	0,3%
...		
<i>Brasil (13ª posição)</i>	0,50	0,2%
Subtotal	243,86	98,9%
Outros países	2,69	1,1%
Total	246,55	100,0%

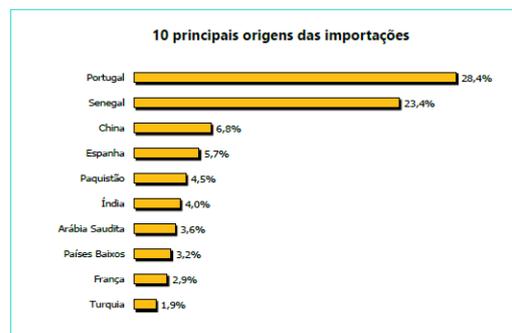
10 principais destinos das exportações



Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016¹⁰.

Origem das importações da Guiné-Bissau
US\$ milhões

Países	2015	Part. % no total
Portugal	81,58	28,4%
Senegal	67,13	23,4%
China	19,45	6,8%
Espanha	16,43	5,7%
Paquistão	13,05	4,5%
Índia	11,59	4,0%
Arábia Saudita	10,34	3,6%
Países Baixos	9,30	3,2%
França	8,32	2,9%
Turquia	5,43	1,9%
...		
<i>Brasil (15ª posição)</i>	2,89	1,0%
Subtotal	245,51	85,5%
Outros países	41,78	14,5%
Total	287,29	100,0%



Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016.

2. Restrições e barreiras críticas que impedem uma maior integração do país nas cadeias globais de valor

A adesão do país ao programa do comércio integrado possibilitou ações como a realização do Estudo do Diagnóstico sobre integração do Comércio (EDIC) – atualizado em 2016. Este documento deverá trazer à luz do dia os fatores de constrangimento da integração do país no comércio mundial; Por outro lado, ainda no quadro deste projeto, está a ser levado a cabo um conjunto de reformas ao nível legislativo, como a lei de concorrência e a de inspeção.

Ainda, além da adesão ao Esquema de Liberalização das Trocas Comerciais da CEDEAO e Tarifas externa Comum OMC está em curso o processo da adesão da Guiné-Bissau à Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (ITIE) - um dos princípios de boas práticas e de encorajamento de investidores privados, em particular as Agências Bancárias, no financiamento do setor mineiro. A Guiné-Bissau é o único país da UEMOA que ainda não aderiu a essa iniciativa de Boas Práticas, cujo processo de adesão iniciou desde 2012, através do Despacho nº 003/2016 de 22 de Janeiro do Primeiro Ministro.

¹⁰ Guiné-Bissau não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por “espelho”, ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. <file:///C:/Users/ADMIN/Desktop/ISTAMBUL/INDGuineBissau.pdf>

Por outro lado, o país já preparou o Anteprojeto de Código de Minas da UEMOA e dos respetivos regulamentos cuja validação nacional ocorreu a quando da realização do atelier nacional devidamente organizado para o efeito, entre 27 e 29 de Março de 2017. Os resultados do referido atelier foram enviados para a Comissão da UEMOA em Ouagadougou no mês de Abril do mesmo ano, como contribuição da Guiné-Bissau para a melhoria do Código de Minas comunitário. As informações disponíveis confirmam que estes documentos já foram validados tecnicamente, faltando a sua adopção em Conselho de Ministros dos Estados Membros da UEMOA.

Todos estas medidas podem facilitar a integração e consequente participação, de forma efetiva, da Guiné-Bissau nas cadeias globais de valor.

D. Desenvolvimento Humano e Social

Em 2015, o Governo constitucional adotou uma visão de transformação nacional concretizada no Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” com meta até 2025, em torno do qual foram elencados cinco eixos fundamentais:

(i) Estabelecer governança para o benefício dos cidadãos, (ii) garantir a gestão sustentável do capital natural e preservar a biodiversidade, (iii) construir uma rede de infraestrutura moderna e competitiva, (iv) fortalecer o capital humano e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão e (v) construir um setor privado e uma economia diversificada.

Essa abordagem é notória a orientação da orientação sobre a forma como a educação está em consonância com a redução da pobreza com foco na organização da produção de capital humano de forma a contribuir para o crescimento, por um lado, garantindo cobertura universal e de boa qualidade no nível básico, que é percebido como um investimento para obter ganhos produtividade no setor primário e, ainda fornecendo capacidade de influenciar as demandas da economia e do mercado através da qualificação da mão-de-obra.

Ainda, o investimento no desenvolvimento do capital humano nacional está ancorado nos princípios do reforço da cidadania e preservação da coesão social, com vista a contribuir para a melhoria da governança futura do país, a preservação dos recursos naturais e o estabelecimento de um clima de paz duradouro.

1. Educação

O Programa do Setor da Educação está estruturado em torno dos três componentes: (i) aumento do acesso, equidade e conclusão, (ii) melhoria da

qualidade e relevância, (iii) fortalecimento da gestão e governança. No entanto, embora tenham sido feitos esforços para consolidar o aumento da oferta educativa nacional com contribuição da cooperação internacional, dos agentes privados e comunitários (em regime de autogestão), incluindo o ensino inclusivo com integração de pessoas com deficiência e ainda a eliminação de cobranças no processo de inscrição, as intervenções tiveram pouca eficácia tendo em conta as várias interrupções no sistema devido a greves dos professores com salários em atraso, colocando em causa a viabilidade da aprendizagem durante dois anos letivos consecutivos .

A taxa de escolaridade nas regiões aumentou. O programa de alimentação escolar conseguiu dar uma cobertura nacional de 170 mil alunos, algo que favoreceu a redução do absentismo das meninas no sistema. No âmbito da oferta socioprofissional, o surgimento de novas iniciativas no âmbito da cooperação com o Brasil e Portugal contribuíram para maior possibilidade de formação técnica com criação e instalação de novos Centros de formação na capital e no Sul do país, tanto no setor primário como no de serviços.

Contudo, ao nível do ensino superior, continua a prevalecer a concertação da oferta na capital, com as universidades a apresentarem várias ofertas formativas mas com fraca estruturação curricular e ainda demonstrando fraca conexão com o mercado de emprego. O governo não tem tido capacidade de fiscalização e nem de acompanhamento de modo a qualificar as ofertas existentes, acabando o sistema ser na maior parte das vezes uma extensão das debilidades do secundário.

Contudo, se é verdade que a questão da qualidade no sistema e a melhoria do parque infraestrutural, bem como a qualificação dos professores sejam os elementos que permitirão encontrar condições de aprendizagem mais favoráveis e, portanto, buscar um objetivo de qualidade, é fundamental reconhecer que ela deverá repousar dentro de uma estratégia de governança do setor de modo que os resultados possam ser efetivos.

Nesta base, para a melhoria do desempenho qualitativo do sistema educacional será esperada a partir de políticas orientadas em várias direções, que não serão reduzidas à aquisição de insumos ou ações para fortalecer as habilidades pedagógicas dos professores.

a) medidas estruturais: a redução de situações anormais (equipamentos insuficientes, excesso de pessoal, desrespeito ao tempo de aprendizado, aulas em várias férias) e a redução da repetição. Assim, parte dos investimentos em construção e novos recrutamentos de professores será direcionada à normalização das condições de aprendizagem;

b) medidas educacionais: revisão dos currículos (em especial no terceiro ciclo da educação básica, com vistas à educação básica unificada), harmonização e definição de novos currículos (ensino médio e pré-escolar), formação inicial e contínua de professores e supervisão pedagógica;

c) medidas para revisar a formação inicial e contínua dos professores em todos os níveis, o que envolverá uma revisão dos currículos, a criação de novas formações, a modernização dos formadores e a profissionalização da formação. O desenvolvimento de um programa de educação continuada com o objetivo de atualizar e certificar professores;

d) medidas locais de gestão da qualidade acompanhadas por uma organização muito descentralizada de capacitação contínua e apoio aos professores em seus estabelecimentos, atendidos principalmente por inspetores, grupos de estudo e coordenadores de disciplina.

2. Saúde Pública

O país fez vários progressos no que tange a estruturação do setor com adoção de políticas, estratégias, programas a todos os níveis que faz deste setor uma das mais robustas em termos da construção de uma visão disciplinada e orientada para a ação baseada em metas, com acesso à informação. No entanto, ao analisar o portfólio dos programas financiados chega-se a três conclusões factuais fundamentais:

1. O esforço financeiro do Estado no investimento em saúde é quase inexistente, limitando-se ao papel de caucionador de projetos, que apenas isenta taxas e executa pequenas tarefas dentro dos projetos financiados pelos parceiros externos;
2. O OGE é omissos quanto a compromissos que demonstram a transferência de recursos e ao esforço interno de financiamento do sistema nacional de saúde;
3. O papel de coordenador da execução da política e de regulador do sistema fica difuso, relegando deste modo o governo para o papel de ator ausente, na medida em que a fragilidade institucional não tem permitido a implementação de um mecanismo que viabiliza a clareza e o papel do Estado, contribuindo deste modo para a ausência da liderança nacional seja deixada a cargo de múltiplos atores externos ao Ministério da Saúde e de diferentes projetos em execução.

A intervenção da cooperação internacional do domínio da saúde tem sido de forma vertical “de fora - para fora” ou seja, as concepções dos financiamentos dos projetos são decididos e executados fora do âmbito do Ministério, muito particularmente orientados pelas ações das ONGs através de uma base discursiva de legitimidade da sociedade civil, sem que de facto as populações e comunidades participem na definição das prioridades, nem que estas sejam

integradas nas estruturas de pilotagem dos próprios projetos, que são igualmente conduzidos fora da coordenação, quer do Ministério da Saúde, quer do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Contudo, o país enfrentou com sucesso as ameaças das epidemias de ébola e de cólera que assolaram a sub-região sem que nenhum dessas doenças tenham atingido o país. Para o efeito, a relação entre as políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento dos seis principais programas (Paludismo, VIH/SIDA, Tuberculose, Mortalidade Materna e Infantil, Vacinação e Nutrição) o nível de informação, conhecimento aumentou, embora a cobertura nacional em termos de centros de saúde não seja ainda efetiva, tendo em conta a capacidade de atendimento e disponibilidade do pessoal, incluindo especialistas nos respectivos centros, são insuficientes.

Relativamente ao acesso aos medicamentos, tem-se verificado graves deficiências e roturas de stock resultante de um baixo nível da previsão e domínio de toda a cadeia de aprovisionamento dos medicamentos, apesar do investimento que têm sido feitos na CECOME. Esta situação teve repercussão ao nível das estruturas de saúde comunitária que registaram durante muito tempo roturas de stock de importantes medicamentos e insumos para o diagnóstico e tratamento de varias doenças, com ênfase no paludismo, VIH/SIDA e tuberculose.

Esta situação da fragilidade de uma política de gestão de medicamento e das farmácias ao nível dos centros de saúde levou a uma boa reação do governo na organização do mercado e alguma fiscalidade da oferta. Contudo as medidas de grande impacto no sistema foram a extinção das cobranças nas consultas às crianças (até 6aos anos), as grávidas e idosos (a partir de 65 anos) contribuindo para maior adesão asa consultas e prevenção de doenças negligenciáveis.

Também a reestruturação da figura dos Agentes de Saúde Comunitária tem permitido a melhoria no acesso à informação aos moradores, assim como às

consultas. Todavia, esse potencial não está consolidado e aporta um enorme risco de fragmentação e de descontinuidade, tendo em conta a ausência da sua coordenação pelos serviços competentes de saúde ao nível da Direção Regional da Saúde do SAB.

3. Proteção Social

A Segurança Social é um sistema que pretende assegurar os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão social. Embora existe um programa não contributivo de prestações sociais que tem cerca de 2.500 beneficiários (cerca de metade são indivíduos com deficiência), porém, não são claros os critérios de atribuição das prestações e não existem dados sistematizados sobre o sistema. Também aqui os pagamentos são irregulares e feitos com atrasos.

A gestão do próprio INPS – Instituto Nacional de Providencia Social - é percecionada como pouco credível, estando sujeita a mudanças permanentes dos seus responsáveis, motivadas essencialmente por critérios políticos. Os descontos efetuados pelos funcionários públicos são canalizados diretamente para o Orçamento de Estado, o que não permite uma gestão autónoma do fundo de pensões, contribuindo para o descrédito no sistema.

Neste contexto, marcado pela ausência de mecanismos formais efetivos de proteção social, importa atentar à dimensão da segurança social associada ao emprego no setor público. Sustenta-se, enquanto elemento central, a importância da transformação das instituições e do seu papel na promoção da inclusão social e do acesso equitativo às oportunidades económicas e ao progresso social. Ou seja, a transformação institucional serve à promoção da coesão social e favorece a Ação conjunta dos seus diversos setores para responder às necessidades e constrangimentos comuns.

Deste modo, o país é muito frágil em termos da capacidade de cobertura de proteção social formal, mas dinâmica e interessante tendo em conta a importância da existência de formas de proteção social nas comunidades – na gestão do risco e de luta contra a pobreza extrema, que permitam aos mais pobres dispor de alguma forma de segurança.

De momento, está a ser implementado um programa piloto do Banco Mundial centrado nas Comunidades que está a praticar um modelo de proteção social via transferência monetárias as pessoas em extrema pobreza e pessoas com deficiência.

4. Capacidade Económica e Produtiva

A capacidade produtiva nacional mostra uma relação entre insegurança alimentar e certas realidades socioeconómicas com impacto em relação aos níveis de segurança alimentar.

O regime produtivo e alimentar das comunidades guineenses está intimamente ligado a um conjunto de fatores que passam pelas formas de ocupação dos solos, os regimes e as culturas produtivas, as tradições culturais a elas associadas, os mecanismos de mobilização da mão-de-obra, geração de rendimentos, investimento, poupança e as prioridades de consumo. A Guiné-Bissau é um país em que a agricultura constitui a principal base da economia, sendo responsável por cerca de 60% do PIB e por mais de 90% das exportações. O regime produtivo predominante é a agricultura pluvial, com apenas um ciclo anual de culturas que beneficiam de uma pluviometria abundante e de superfícies cultiváveis importantes e férteis.

O excessivo peso da produção manual em todas as fases da actividade agrícola repercute-se negativamente em termos de saúde pública, gerando situações de desgaste físico e envelhecimento precoce de homens e

mulheres. A mobilização da mão-de-obra no sistema de produção tradicional tinha uma sustentabilidade baseada em corporativismo e solidariedade. Atualmente, devido ao êxodo rural dos jovens, há um encarecimento da mão-de-obra.

Para fazer face aos desafios socioeconómicos que se colocam, urge mudar o paradigma que passa pela realização do zoneamento agrológico, modernização do sistema produtivo, transformação local da produção e incremento de escolas agrícolas orientadas para o setor profissionalizante e especializada. Um dos progressos feitos pela Guiné-Bissau é a instituição de um sistema de informação estatístico sobre a segurança alimentar – SISSAN, tem contribuído para aumento da capacidade de provisão na agricultura, gestão de calamidades naturais e ainda adoção de estratégias de combate a fome.

Por outro lado, o país tem desenvolvido pouca capacidade de controle dos produtos químicos na produção. Os fertilizantes químicos de síntese são ainda os mais privilegiados em detrimento dos agroecológicos. No entanto, a utilização daqueles produtos na agricultura guineense é baixa, quando comparada com outros países da sub-região.

Estima-se que cerca de 99% da produção e da produtividade agrícola depende do nível de precipitação, embora pudesse ser incentivado o uso de mecanismos de rega. Entretanto, mais de 80% da população vive de recursos agro-silvo-pastoris que dependem de fatores etnoculturais fortemente baseados em aspetos tradicionais.

Atualmente, a monocultura de caju é algo que ameaça a segurança alimentar e a diversidade produtiva, colonizando territórios sem ordenamento e dependendo quase que toda a economia familiar e do país em torno da coleta e exportação da amêndoa bruta. Por outro lado, verifica-se dificuldades na produção de arroz, mantendo-se apenas para subsistência, com uma baixa

capacidade produtiva, derivado de efeitos sucessivos de degradação dos mesmos ao longo dos anos.

A baixa produtividade alimentar está também associada a grandes perdas causadas pelas pragas às culturas e pelas doenças existentes nos ambientes circundantes aos arrozais, estando os camponeses desprovidos de mecanismos imediatos de prevenção e de combate. Por sua vez, as instituições públicas, com competência para o efeito, encontram-se desestruturadas e enfraquecidas, gerando assim uma enorme insegurança produtiva.

No que concerne à mobilização da mão-de-obra para a produção, esta transitou de uma lógica orientada pelo sentido de solidariedade comunitária, na maioria das tradições locais, para a liberalização económica, na primeira metade dos anos 80, em que as comunidades conseguiam participar de forma voluntária e colaborativa em campanhas de produção em grande escala e que sirva de um bem partilhado, para uma combinatória de mobilização voluntária e contratual de braços mais jovens.

Aliás, a forma rudimentar e a dureza do sistema produtivo guineense, associadas à falta de oportunidades para uma mobilidade social ascendente por parte dos jovens nas zonas rurais, tem ocasionado cada vez mais fuga de mão-de-obra juvenil. Como resultado, verifica-se uma cada vez maior necessidade de mobilização contratual de agentes de prestação de serviço no sector produtivo que vai desde a limpeza dos campos, o fecho e o cultivo de bolanhas, até à colheita e transformação, fazendo com que o grande investimento de mobilização de recursos monetários e alimentícios para o efeito seja através da comercialização da castanha de caju.

5. Água e Saneamento

No setor de água e saneamento, o Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” projeta favorecer a garantia às populações o acesso generalizado à água potável e aos serviços de saneamento enquanto um dos eixos principais da estratégia de desenvolvimento social da Guiné-Bissau.

Considera-se de muito precário tanto nas zonas urbanas como rurais as condições de acesso à água potável, e o sistema de saneamento público é quase que inexistente. Uma pequena parte da população sobretudo na capital e nas principais cidades estão conectada à rede pública, mas a maioria recorre aos fontanários e aos poços pouco salubres, estimando que cerca de metade da população rural não dispõe de água potável. Nos últimos anos, o país através da intervenção da UNICEF junto as escolas e zonas rurais fez um investimento considerável no apetrechamento das zonas rurais com infraestruturas de água e programas de combate à defecação ao ar livre.

O Plano Diretor de água potável elaborado pelo governo, projeta dar coerência à implementação dos projectos de produção e distribuição para melhorar o acesso à água potável e ao saneamento. Atualmente estão previstos constituem um programa de água potável, saneamento e higiene, a fase 2 dum programa rural hidráulico e a gestão integrada das bacias hidrográficas de Corubal.

A nível semiurbano encontram-se principalmente modelos de gestão da água de base associativa, como é o caso de Bafatá., através de uma concessão à sociedade civil. Contudo, os principais responsáveis a nível nacional pela gestão dos recursos hídricos, do abastecimento de água potável e do saneamento urbano são o Ministério da Indústria, Energia e Recursos Naturais (MEIRN) e a Direção Geral dos Recursos Hídricos (DGRH), deram um passo importante na construção da capacidade nacional de coordenação e concertação, através do Grupo de trabalho sobre a Água e o Saneamento (GAS), um fórum nacional para o qual contribuem também a UNICEF e as ONGDs mais importantes do sector.

O Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento (PDAAS) projeta para a década de 2010-2020 o aumento da taxa de acesso à água potável de 40% para 65% e aumento de 22% para 61% do saneamento melhorado até 2015. No mesmo período, e com o intuito de contribuir para a atualização do PDAAS, foi elaborado um roteiro para a transição à Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH).

De acordo com DENARP (II) para o período 2011-2015, no que diz respeito o sector água, esteve em linha com estes objetivos: (i) a expansão das capacidades para a produção, tratamento e controlo da qualidade da água; (ii) a construção de 3291 pontos de água a nível nacional, principalmente nas áreas mais necessitadas, até 2015; (iii) a construção de 125.078 latrinas em

todo o país; (iv) o reforço das capacidades de gestão das entidades ligadas à água; (v) o estabelecimento de parcerias entre as autoridades, ONGs e as comunidades no sector WASH (Internacional Monetary Fund, 2011).

No domínio de gestão de resíduos, a ausência do plano diretor de esgoto acarreta insuficiência das redes de drenagem das águas usadas, ausência de redes de esgoto e inadaptação de obras de esgoto individual: 33% da população urbana dispõem de formas de saneamento e somente 8% na zona rural. O país carece de um sistema de gestão e tratamento de resíduos sólidos.

Sendo um estado institucionalmente frágil, o grande desafio passa pela capacidade de mobilização e coordenação do financiamento do sector por parte dos doadores e igualmente importante para fomentar o processo de state-building. Os organismos não estatais como as ONGs têm um papel fundamental neste processo, contribuindo para construir a legitimidade do Estado através do provisionamento dos serviços.

6. Promoção da Juventude

Segundo os dados do último recenseamento, a população a população potencialmente ativa, com 15 anos e mais é de 37,7% da população total. A taxa de ocupação da faixa etária de 15-25 anos era de 10,6% em 2009, e com o desemprego a rondar os 30% e os jovens são particularmente atingidos.

Embora tenha sido elaborado e adotado uma política nacional da juventude em 2013, não existe uma estratégia nacional de emprego jovem. Por outro lado, o sector privado guineense está pouco desenvolvido para gerar empregos dignos e sustentáveis para os jovens.

A ausência de oportunidades contínuas de renda e a fraqueza da banca não tem favorecido o empreendedorismo juvenil. A dificuldade de construção de autonomia deve-se a fraca capacidade de geração de rendimento com implicações graves no acesso à habitação e consumos, o que lhes leva a ficar um longo período de moratória na transição para a vida adulta sem possibilidades de assunção de responsabilidades familiar e social.

A oferta da formação técnica e profissional são ainda limitadas e as existentes são na sua maioria para oportunidades orientadas para o sector terciário que é condicionada pela instabilidade política que não potencia o investimento económico mobilizar profissões ligadas ao setor primário e secundário devem ser desenvolvidas.

Entretanto, houve progressos favoráveis no campo de voluntariado e associativismo, foi feito um mapeamento nacional sobre o serviço de voluntariado nacional que dá conta de uma grande capacidade de organizações juvenis na mobilização social e animação cívica. As escolas de

voluntariado, universidade de juventude e campos de férias organizadas pelas redes juvenis são autênticos espaços de descoberta, aprendizagem e de mobilidade para os jovens através do movimento social juvenil.

Contudo, a crise política de 2012 contribuiu para uma emergência de movimentos sociais juvenis contestatários, inclusive na diáspora, com grande capacidade de mobilização social e nas redes sociais, com uma intensa dinâmica de fiscalização da ação política e governativa, mas também com ensaio na projeção de agendas pública alternativas.

7. Género e Desenvolvimento Humano e Social na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau as mulheres constituem a maioria da população. São cerca de 50,3% de mulheres sendo que a maioria vive nas zonas rurais (80% no trabalho agrícola) e abaixo da linha da pobreza. A média de anos de escolaridade é de 1,4 mulheres (contra 3,4 homens).

O analfabetismo atinge cerca de 58% mulheres com esperança média de vida na ordem de 55,8 anos. Mais de metade da população nacional feminina foi vítima de mutilação corte genital entre 15 e 49 anos, sendo um dos países com mais altas taxas de mortalidade materna (790 por 100.000 nascidos vivos).

As questões de saúde específicas ao género são demonstradas por uma alta taxa de fertilidade de 5 nascidos vivos por mulher (6,8 nas áreas rurais), a fraca de educação sobre saúde reprodutiva, limitações no acesso a serviços e uso de contraceptivos (86% das mulheres de 15 a 49 anos com cônjuge / companheiro regular não usam contraceção). A alta taxa de gravidez entre meninas de 15 a 19 anos (30%) devido ao casamento precoce e a alta taxa de mortalidade materna (790 por 100.000 nascidos vivos), sendo sétima mais alta taxa de mortalidade do mundo devido a falta de assistência a parto qualificado, falta de defesas nutricionais, alta taxa de analfabetismo, falta de transporte para os centros de saúde, falta de capacidade económica para acesso aos serviço de saúde.

A violência doméstica é um dos grandes desafios a superar (44% das mulheres disseram ter sido vítimas de violência física e 43% da violência sexual - 21% de estupro e 22% de toque indesejado). No entanto, progressos foram feitos no país e levou a adoção de pacotes importantes de proteção das mulheres em particular a lei que criminaliza a violência doméstica, a excisão e o tráfico de pessoas. O Comitê Nacional para Abandono de Práticas Nefastas foi empoderado e jogou um papel importante na sensibilização das comunidades e envolvimento das autoridades religiosas para um compromisso nacional.

No que concerne ao casamento precoce, estima-se que que 29% das mulheres entre 20 e 49 anos se casaram antes dos 18 anos e 8% antes dos 15 anos. Das mulheres entre 15 e 49 anos, 7% se casaram antes da idade. 15. A idade legal do casamento é de 18 anos no país. O estudo MICS4 também mostrou que 48% das mulheres casadas entre 15 e 49 anos na Guiné-Bissau estão em um relacionamento poligâmico. A prevalência de casamentos precoces e de casamentos polígamos é maior nas áreas rurais. Outras práticas tradicionais de casamento que violam os direitos das mulheres são levirato (casamento forçado com um cunhado com a morte do marido) e sororato (casamento forçado com o viúvo de uma irmã), embora as estatísticas não estejam disponíveis.

Porém, a produção e construção de direitos económicos foram estimulados através de programas e projetos de intervenção local no âmbito de compra de alimentos produzidos localmente pelas agricultoras para o abastecimento da alimentação escolar e desse grupo mais de 2000 mulheres rurais e seus agrupamentos foram empoderadas sobre as questões de direitos comunitários através de ações da sociedade civil (ONG Tiniguena) em parceria com agência das Nações Unidas (PAM) e Fundo da Consolidação da Paz (PBF) , dando lugar ao Fórum das Mulheres Rurais.

No domínio da construção da paz, as redes das mulheres como Plataforma Política das Mulheres (PPM), Rede das Mulheres para a Paz e Segurança (REMPSECAO) e dezena de organizações femininas sociedade civil trabalharam para atender às necessidades de diálogo para estabilização tendo criado com apoio da UNIOGBIS e ONU Mulher a Rede das Mulheres Mediadoras. Entretanto, mesmo no contexto de crise e instabilidade política e governativa, foi possível contruir a segunda geração da Política de Igualdade e Equidade do Género (PNIEG II), com enfoque nos aspetos político-jurídicos e institucionais, empoderamento económico, político e cívico, sendo a educação para igualdade do género um dos principais focos.

No contexto político houve progressos positivos a assinalar: foi aprovada a lei da paridade que estipula uma quota de 36% de lugares para as mulheres no parlamento, algo que motivou a maior adesão de sempre das mulheres no concurso à assembleia nacional para os lugares de deputadas. Por outro lado, o governo constitucional emanado das eleições legislativas de 2019 produziu um efeito notável ao serem nomeadas 50% de ministras para postos importantes como Negócios Estrangeiros, Administração territorial, Justiça e Direitos Humanos, Agricultura e Florestas e Pescas, e ainda a Saúde Pública.

E. Mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento e reforço de capacidades

Desde a independência o país tem deparado com a dificuldade de mobilizar recursos internos para financiar as suas necessidades, depende fortemente de ajuda externa para suportar o seu desenvolvimento e promover o bem-estar da população. As arrecadações dos impostos, das taxas e fundos autónomos previstas pela legislação em vigor, constituem as principais fontes de recursos internos do país utilizados no financiamento de programas do Governo. É através destes recursos que o Governo custeia suas despesas, suas necessidades de investimento e implementa políticas públicas e sociais. Contudo, o volume dos recursos mobilizados pelos serviços da administração pública direta e indireta através das cobranças autorizadas, ao longo dos anos não são suficientes para cobrir o tamanho das necessidades do país.

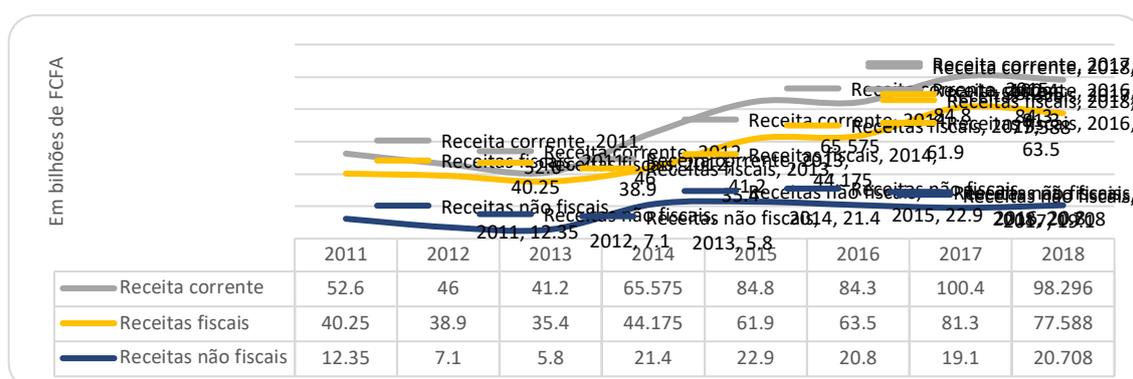
1. A evolução da poupança interna e as receitas do Estado

As receitas do Estado de modo geral aumentaram nos últimos anos, em 2018 atingiu 98.2 bilhões de FCFA contra 52,6 bilhões de FCFA em 2011, um aumento de 87% (45.6 bilhões de FCFA). Do total das receitas recolhidas em 2018, 79% são constituídas de receitas fiscais e 21% de receitas não fiscais. O aumento das receitas ao longo do período (2011 – 2018) deve-se principalmente ao aumento de recolha das receitas tributárias e não tributárias a partir de 2014. Apesar de uma ligeira queda das receitas totais em 2018 comparativamente ao período de 2017, há perspectiva de aumento gradual das receitas nos próximos anos. Esta queda deve-se principalmente a diminuição das receitas fiscais, que pode ser explicado pelas dificuldades na comercialização de castanha de caju em 2018 e que levou a menores

impostos sobre as exportações. Já as receitas não fiscais, por outro lado, aumentaram 8%, sobretudo, com a venda de madeira.

O resultado de 2018 levou a uma redução de pressão fiscal de 9,6% contra 10,4% em 2017. A meta inicial fixada era de 11,8% contra 20% da UEMOA. É de referir que a taxa de pressão fiscal no país continua a mais baixa dos países de UEMOA¹¹.

Gráfico 1: Evolução das receitas do Estado 2011-2018 (em bilhões de FCFA)

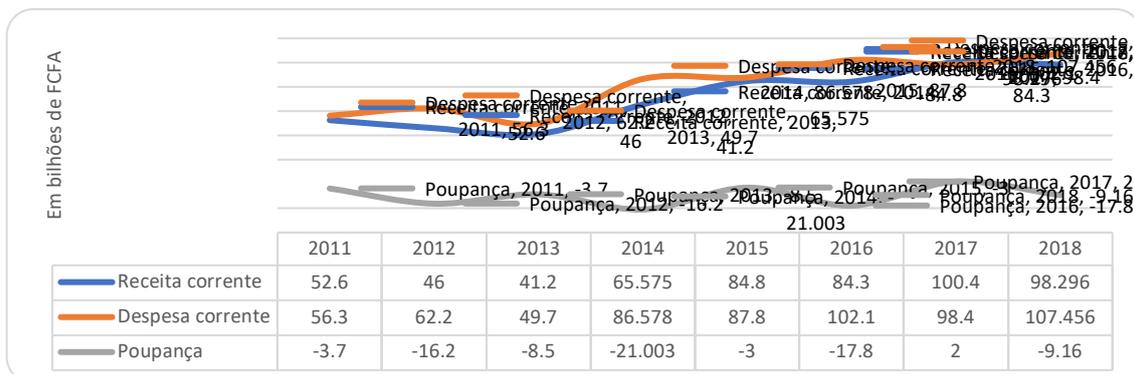


Fonte: BCEAO. TOFE. Disponível em: <<https://edenpub.bceao.int/tableauPredefini.php>>. Acesso em 9 dez. 2019.

Se por um lado as receitas aumentaram ao longo dos últimos anos, é verdade também que as despesas aumentaram, porém em maior proporção que as receitas, de 158 bilhões de FCFA em 2018 contra 93 bilhões de FCFA em 2011, um aumento de 69%. Este aumento foi influenciado pelo crescimento de 91% das despesas correntes de 56 bilhões de FCFA em 2011 para 108 bilhões de FCFA em 2018, associado ao incremento da massa salarial incluindo o aumento dos subsídios em 57%. Em todos os anos (2011 – 2018), com exceção de 2017 o país apresentou saldo negativo, com níveis críticos em 2012, 2014 e 2016 de 16,2, 21 e 17,8 bilhões de FCFA respetivamente. De forma geral, entre 2011 e 2018 as receitas correntes e despesas correntes tiveram uma correlação positiva.

¹¹ UEMOA. Rapportsemestriel d'execution de la surveillancemultilaterale, 2018.

Gráfico 2: Evolução das poupanças do Estado 2011-2018(em bilhões de FCFA)



Fonte: BCEAO. TOFE. Disponível em: <<https://edenpub.bceao.int/tableauPredefini.php>>. Acesso em 9 dez. 2019

O resultado do aumento das receitas é o reflexo de reformas e medidas empreendidas na área das finanças públicas, notadamente a implementação de Declaração de Contribuições e Impostos Retidos na Fonte (DECIRF) e suportado por medidas de reforço da administração fiscal, incluindo a recente aprovação de duas novas leis tributárias e reforma da Brigada de Ação Fiscal, assim como pela cobrança de imposto de selo sobre o transporte aéreo e ajustamento das taxas de alguns impostos pela Direção Geral de Contribuições e Impostos¹² e implementação de SYDONIA pela Direção Geral das Alfândegas e uso de vários pagamentos por meio de bancos. A decisão A/DEC.17/01/06 de 12 de janeiro de 2006, sobre adoção da Tarifa Exterior Comum da CEDAEAO, e Ato Adicional A/SA.1/06/09 de 22 junho 2009 que alterou a arquitetura da TEC¹³.

Ainda persistem défice das estruturas responsáveis pela gestão das finanças públicas, o que limita a eficácia da mobilização dos recursos internos e condiciona a taxa de pressão fiscal a um nível muito baixo (9,6%), inferior ao limiar do critério de convergência da UEMOA. A fraca capacidade de mobilizar recursos internos e o aumento das despesas torna o país fortemente

¹² <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2019/01/18/pr1908-imf-staff-concludes-visit-to-guinea-bissau>

¹³ Ministério da Economia e Finanças. Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos. Impacto da implementação da TEC CEDEAO sobre a receita fiscal – caso da Guiné-Bissau.

dependente do financiamento externo. Quando incluímos os donativos dentro das receitas do Estado, a situação financeira do país melhora, mas o saldo continua negativo. De forma geral, as despesas continuam sendo superiores às receitas, porém, o gap entre as receitas e as despesas sofre uma redução significativa. Esta ocorrência mostra o peso dos donativos no Orçamento Geral do Estado (OGE). Em 2018 os donativos representavam 31% das receitas correntes. Os donativos ao longo dos anos tiveram e continuam a ter um peso muito elevado no OGE.

Tabela 1: Peso de doações na receita do Estado 2011-2018(em bilhões de FCFA)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita totais	90,7	71	61	115,4	124,9	112	143,3	128,6
Receitas correntes	52,6	46	41,2	65,6	84,8	84,3	100,4	98,3
% das doações na receita corrente	72%	54%	48%	76%	47%	33%	43%	31%

Fonte: BCEAO. TOFE. Disponível em: <<https://edenpub.bceao.int/tableauPredefini.php>>.

Acesso em: 9 dez. 2019

Para reduzir o déficit, garantir o pagamento tempestivo de salários e outras obrigações, assim como estancar os aumentos da dívida pública, será necessária uma combinação abrangente de mobilização acrescida de receita, contenção das despesas e identificação de financiamento adicional. Um primeiro passo para tentar fazer regressar o déficit aquém do critério UEMOA de 3% do PIB, tão cedo quanto possível, seria fazer reviver o Comité de Tesouraria o que ajudaria a controlar a despesa¹⁴.

2. Progressos na mobilização de recursos domésticos

O Estado ao longo dos anos teve e continua a ter dificuldade de mobilizar recursos suficientes para satisfazer as necessidades do país. Esta situação resulta de problemas profundamente enraizados de fraca governação e corrupção¹⁵. A pressão fiscal do país é a mais baixa dos países de UEMOA.O

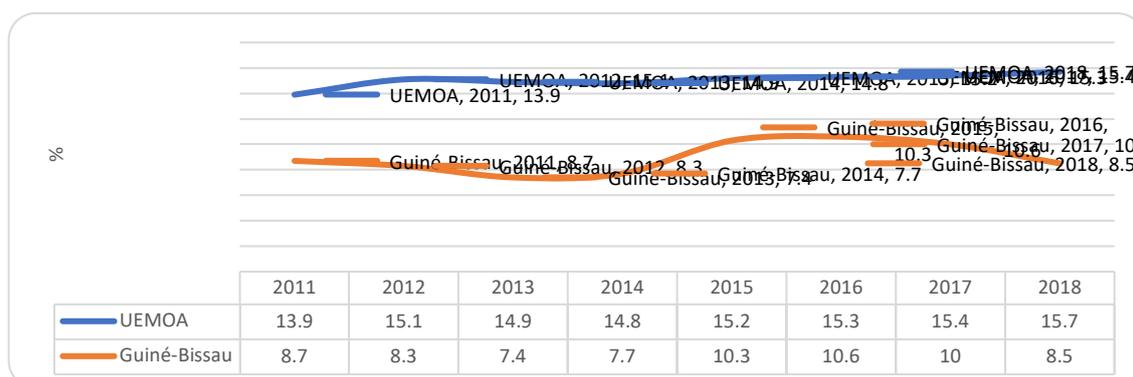
¹⁴<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2019/05/10/pr19156-guinea-bissau-imf-staff-concludes-visit-to-guinea-bissau>

¹⁵<https://africa21digital.com/2019/10/01/guine-bissau-tem-problemas-profundamente-enraizados-de-fraca-governacao-e-corrupcao-fmi/>

Gráfico 3 mostra a evolução do rácio fiscal e as tendências de oscilações. De acordo com a norma comunitária em 2018, o rácio fiscal/PIB Nominal deve ser maior ou igual a 20%, e este indicador é fortemente influenciado pelo desempenho da administração fiscal, ou seja, a capacidade do Estado na mobilização dos recursos.

O desempenho das receitas fiscais da Guiné-Bissau melhorou no decurso da última década, tanto ao nível das receitas fiscais e não fiscais, porém: i) continua muito abaixo do potencial; ii) o crescimento das receitas foi acompanhado de aumento das despesas; iii) a pressão fiscal do país continua a ser inferior ao limiar do critério de UEMOA e é a mais baixa dos países de UEMOA, apesar de melhorar ao longo do tempo, ainda permanece fraca.

Gráfico 3: Pressão fiscal 2011 - 2018



Fonte: UEMOA. Rapport semestriel d'execution de la surveillance multilaterale, 2018

Tal como é o caso de outros Estados frágeis, a melhoria do desempenho das receitas fiscais na Guiné-Bissau é essencial para criar um espaço fiscal para

infraestruturas prioritárias e despesas sociais¹⁶. A construção da capacidade contributiva é também importante por causa da redução substancial dos apoios de doadores que o país sofreu em anos recentes. Além dos benefícios fiscais diretos, um aumento sustentado e consistente das receitas pode também contribuir para a estabilidade social em países saídos de conflitos, como a Guiné-Bissau, e ajudar o país a sair da sua situação de fragilidade¹⁷. De um modo mais geral, a literatura sugere um "ponto de viragem" de aproximadamente 12,75 por cento do PIB, além do qual as receitas fiscais permitem uma aceleração significativa do crescimento económico¹⁸. O desempenho das receitas fiscais da Guiné-Bissau melhorou no decurso da última década, mas continua muito abaixo do potencial. O rácio das receitas fiscais/PIB aumentou de 8,7 em 2011 para 10 por cento em 2017.

3. Os desafios na mobilização dos recursos internos

Construir capacidades, e pôr em prática as medidas necessárias para aumentar o volume dos recursos internos e garantir boa gestão dos mesmos, tendo em conta as bases económicas reduzidas, pobreza generalizada, setor privado subdesenvolvido, fraca capacidade institucional e financeira, e recursos humanos qualificados limitados do Estado¹⁹, exige uma estratégia, empenho e esforço elevado do país. É imperativo reforçar a capacidade do Estado no que se refere à gestão fiscal, governabilidade e transparência e promover a boa governação em todos os níveis do Estado, para aumentar a mobilização das receitas internas de forma eficiente e reduzir a dependência externa, de modo a transpor as vulnerabilidades e fortalecer a apropriação local.

¹⁶Relatório do FMI n.º 17/381

¹⁷Fundo Monetário Internacional (2017a), "Building Fiscal Capacity in FragileSpace", IMF PolicyPaper, Fundo Monetário Internacional.

¹⁸Gaspar, Vitor, Laura Jaramillo e Philippe Wingender (2016), "TaxCapacityandGrowth: Is there a TippingPoint?", IMF WorkingPaper No. 16/234, Fundo Monetário Internacional.

¹⁹ DENARP ii, 2011-2015

Existem vários desafios no que diz respeito à melhoria da eficácia e eficiência da mobilização dos recursos domésticos. Os principais desafios incluem:

- i. Instabilidade política e fraca capacidade institucional;
- ii. Generosas isenções fiscais - estima-se que as isenções fiscais e aduaneiras somavam cerca de 2,7 por cento do PIB²⁰. Esta ação é justificada pela necessidade de atrair investimentos ou de estimular as exportações. No entanto, as preferências fiscais são também usadas para beneficiar, por razões políticas, alguns grupos em detrimento de outros, causando perdas significativas de receitas fiscais e outros efeitos imprevistos. Quando se aplicam benefícios fiscais a grupos específicos em detrimento de outros, por razões políticas ou de corrupção podem gerar-se ineficiências e desigualdades. Com efeito, as preferências fiscais, quando concedidas arbitrariamente, podem deteriorar a base tributária, o nível de receitas e a legitimidade fiscal;
- iii. Fraco cumprimento das obrigações tributárias - as obrigações fiscais totalizaram aproximadamente 1,4 por cento do PIB em 2016²¹;
- iv. Ineficiências das administrações tributária e aduaneira - resultando de uma fraca declaração, registo e alocação de pessoal nas repartições fiscais e aduaneiras;
- v. Tributação da economia informal - é de referir que os operadores que operam fora do alcance da lei ou da administração pública constitui o maior obstáculo ao alargamento da base fiscal e da cobrança de impostos diretos. A informalidade encontra-se generalizada no país. Isto coloca um vasto leque de desafios económicos, uma vez que para além dos impostos não serem cobrados, os operadores informais são frequentemente menos produtivos e, não possuem qualquer esquema de proteção laboral ou social para os trabalhadores. Esta situação leva

²⁰Fundo Monetário Internacional (2011), “Guinea-Bissau: Back-to-Office Report on Tax Policy and Administration”, Fundo Monetário Internacional.

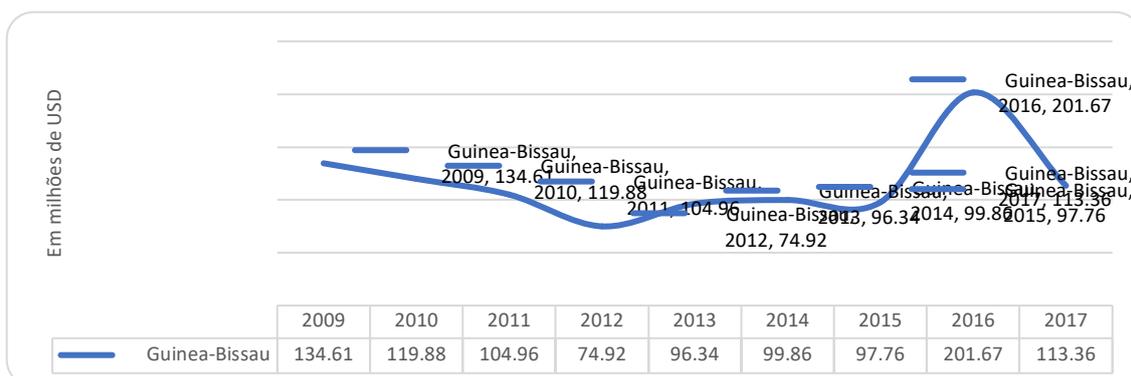
²¹Fundo Monetário Internacional (2017c) “Risk Management for Voluntary Compliance with Tax Obligations”, Relatório de assistência técnica do FMI. Zayda Manatta, Carlos Roberto Occaso e Iago Jung Martins.

- a uma menor taxa de crescimento económico e maior taxa de exclusão social;
- vi. Dependência de um tipo de imposto - a maior fonte da receita do Estado deriva dos Impostos sobre o Comércio Internacional. A dependência forte de um único imposto carrega altos riscos para o país. Se um problema atingir esta fonte fiscal (baixar as exportações ou importações), as receitas vão cair de forma drástica, consequentemente um colapso nas finanças públicas;
 - vii. Base reduzida dos contribuintes - uma das formas eficaz de aumentar as receitas públicas é através de políticas que aumentem a base tributária por via de um crescimento económico sustentado. Uma cobrança fiscal eficiente fortalece igualmente a mobilização de recursos públicos, sem um excesso de tributação do tecido económico. O aumento de base dos contribuintes requerer analisar as seguintes questões: a) o custo de coleta dos impostos; b) o grau de facilidade na cobrança e; c) analisar se a tributação irá gerar comportamento de evasão fiscal que também contém um custo.

4. A ajuda ao desenvolvimento

Como documentos base no que refere a recursos a ajuda ao desenvolvimento destacam-se, do lado multilateral, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento e o Tratado de Lisboa (2007); do lado da Guiné-Bissau, o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (DENARP II) e o Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 "*Terra Ranka*". O país, ao longo dos anos tem recebido recursos proveniente de ajuda ao desenvolvimento, tanto ao nível multilateral como bilateral. A economia guineense está muito dependente da ajuda externa.

Gráfico 4: Fluxo de ajuda ao desenvolvimento 2009-2017



Fonte:OECD. Aid (ODA) disbursements to countries and regions. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=TABLE2A>>. Acesso em: 10 dez. 2019

i. O alinhamento da Ajuda ao Desenvolvimento no âmbito dos planos e prioridades nacionais

No dia 2 de março de 2005, em Paris, os Ministros dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, responsáveis e Diretores de instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento, tomaram a resolução de empreender ações de longo alcance, monitorizáveis, com vista a reformar as modalidades de entrega e de gestão da ajuda, conhecida como a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. A Guiné-Bissau aderiu à iniciativa em agosto de 2010. Deste então, o Governo e os parceiros multilaterais e bilaterais de desenvolvimento têm feito esforços no sentido de harmonizar e alinhar os esforços focados nas prioridades nacionais.

Recentemente, no dia 25 de março de 2015, o Governo da Guiné-Bissau apresentou numa mesa redonda em Bruxelas o Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “*Terra Ranka*” documento que expressa a visão do povo guineense, os planos e as prioridades nacionais. No encontro estiveram presentes cerca de 300 participantes que apoiaram o projeto de desenvolvimento do país, um plano desenhado por guineenses e para guineenses, até 2025, a fim de reconstruir o país, consolidar as instituições democráticas e lançar as fundações para a estabilidade e desenvolvimento socioeconómico sustentável. Os parceiros internacionais presentes assumiram o compromisso de ajudar o país a programar a sua estratégia num montante

de 1.3 mil milhões de euros. O Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “*Terra Ranka*” possui quatro eixos: i) Estado de direito e as Instituições republicanas, ii) Ambiente macroeconómico, iii) Promoção do desenvolvimento económico durável e, iv) Aumento do nível de desenvolvimento do capital humano. Tendo em conta os princípios da Declaração de Paris, os parceiros internacionais devem basear o seu apoio global nas estratégias e prioridades nacionais, como também harmonizar as ações para evitar a sobreposição e repartição das ações e promover a complementariedade e sinergia das ações.

Com o objetivo de coordenar recursos destinados a Ajuda ao Desenvolvimento foi criada: i) Direção Geral de Coordenação de Ajuda Não-governamental (DGCANG) e ii) Direção de Serviços de Coordenação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (DSCAPD). Com a finalidade de dotar o Governo de ferramenta de monitorização e divulgação das informações, em 2011 através do apoio do PNUD iniciou-se o processo de instalação de uma Plataforma de Gestão de Ajuda (PGA) para agilizar a monitorização através da recolha sistematizada e integrada de informação como facilidade na divulgação das mesmas.

Tabela 2: Desembolsos de Ajuda ao Desenvolvimento bilateral (DAC) e multilateral declarada 2011 – 2018 (em milhões de US\$)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Fluxo de Ajuda Bilateral dos doadores DAC (US\$)	72,9	51,9	60,2	56,8	54,0	154,8	52,5	
Fluxo financeiro multilateral (US\$)	4,6	(2,6)	(80,0)	82,0	27,4	(167,0)	47,2	68,4

Banco Mundial. Worlddevelopmentindicators, 2019

Em 2010 o Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (MEPIR) assistido pelo PNUD publicou o Relatório sobre a Cooperação para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau. Segundo o relatório, o país beneficiou de US\$ 122 milhões de Ajuda ao Desenvolvimento. Deste montante maior parte (64%) foi desembolsada para os setores de Governação (28%), Saúde (20%) e Educação (16%). Enquanto que para os sectores de infraestrutura e

agricultura foram desembolsadas apenas 10% e 8% respetivamente. Os sectores sociais e governação foram maiores beneficiários dos fundos no período. O relatório destaca que maior parte da ajuda ao país faz-se sob forma de apoio à projetos, representando 88% da ajuda total. De 2011 a 2014 foram desembolsados 116.508.532 mil FCFA no quadro de apoio a projetos. No entanto, em 2014, a maior parte dos desembolsos da ajuda (64.08%) foi destinada às áreas de infraestruturas (31.49%), saúde (19.25%) e educação (13.34%).

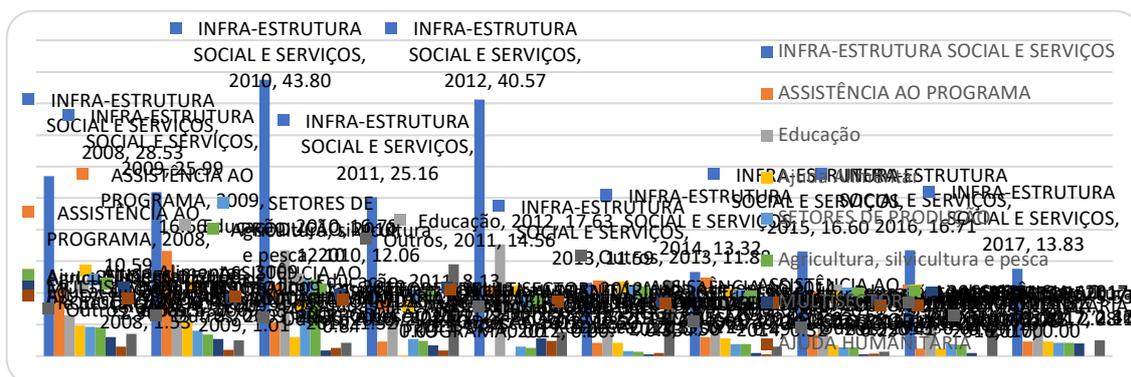
ii. A contribuição da Ajuda ao Desenvolvimento das prioridades do Programa de Ação de Istambul

O Plano de Ação de Istambul para 2011 a 2020 definiu oito (8) áreas prioritárias:

- i) Capacidade produtiva, incluindo as infraestruturas, energia, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento do setor privado;
- ii) Agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural;
- iii) Comércio;
- iv) *Commodity*;
- v) Desenvolvimento humano e social, inclui treinamento e educação, população e cuidados primários, desenvolvimento dos jovens, abrigo, água e saneamento, gênero equidade e empoderamento das mulheres e segurança social;
- vi) Múltiplas crises e outros desafios emergentes, inclui choques económicos, mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental, redução de risco de desastres;
- vii) Mobilização dos recursos financeiros para o desenvolvimento e reforço de capacidades, abrange mobilização de recursos domésticos, Ajuda ao Desenvolvimento, dívida externa, Investimento Direto Estrangeiro e remessas e;
- viii) Boa Governação em todos os níveis.

Conforme o Gráfico 5, a maior parte dos recursos a ajuda ao desenvolvimento foram investidos no setor de infraestruturas sociais e serviços seguido de assistência ao programa. De modo geral, em termos de desembolso existe alinhamento da Ajuda às prioridades do Programa de Ação de Istambul, como também contribuição para a sua execução. Cabe ressaltar que os desembolsos apenas envolvem algumas áreas prioritárias do Programa de Ação de Istambul deixando maior parte das prioridades de fora.

Gráfico 5: Ajuda ao Desenvolvimento por setor(em milhões de USD)



Fonte:OECD. ODA by sector - bilateral commitments by donor and recipient. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?ThemeTreeld=3>>. Acesso em: 10 dez. 2019

iii. Os desafios e constrangimentos da Ajuda ao Desenvolvimento

Verifica-se uma excessiva fragmentação da ajuda a nível nacional, o que reduz significativamente a eficácia da mesma, ao mesmo tempo a multiplicidade e complexidade dos procedimentos dos parceiros constituem restrições à mobilização dos recursos ao desenvolvimento e, naturalmente, à sua eficácia. Uma abordagem pragmática da divisão do trabalho e da partilha de tarefas permitiria reforçar a complementaridade (sinergia) o que pode trazer vários benefícios, incluindo redução dos custos e tempo. Falta de uma estratégia para integrar os princípios estabelecidos na Declaração de Paris

(em 2005) e outros princípios e processos destinados a aumentar a eficácia da ajuda e da parceria entre o país e seus parceiros. Esta estratégia deve permitir: i) Elaboração de política estratégica nacional de cooperação; ii) melhorar a coordenação entre diferentes departamentos do Governo, entre Governo e parceiros e entre parceiros; iii) harmonizar e alinhar as ajudas com as prioridades e políticas nacionais; iv) melhorar a mobilização de recursos prioritárias e de interesse do país; v) reduzir os custos de transação da entrega da ajuda e a sua gestão; vi) melhorar a gestão financeira pública (transparência).

Ainda existe dificuldade de coordenação entre diferentes departamentos do Governo, entre Governo e parceiros e entre parceiros. Apesar da existência de uma Direção Geral de Coordenação de Ajuda Não-governamental (DGCANG)²², ainda persistem enormes desafios, entre os quais: i) Falta de um sistema de base de dados para facilitar monitoramento dos fluxos da ajuda como também partilha das informações; ii) Inexistência de uma plataforma de coordenação, o que resulta na deficiência de alinhamento das prioridades do país com os esforços dos doadores. Outro desafio é a credibilidade e confiança junto aos doadores. Melhorar a transparência da ajuda e combater a corrupção, tornando as informações sobre os fluxos de Ajuda, fontes e destino a disposição do público. Todos os fatores apontados limitam o impacto da Ajuda ao Desenvolvimento.

Por um lado, tendo em conta o peso da Ajuda no OGE e por outro, a volatilidade e imprevisibilidade do fluxo da Ajuda, estas duas questões estão diretamente no centro do desafio do país. Se a Ajuda ao Desenvolvimento desaparecer por longo período o país pode entrar em colapso. O Aumento e diversificação na mobilização de recursos internos é um dos caminhos para reduzir a dependência. Infelizmente, a mobilização dos recursos internos, até mesmo fundos externos privados a curto prazo não é uma alternativa à Ajuda

²² Encontra-se inoperativo.

ao Desenvolvimento. Os fluxos internos e externos privados devem caminhar lado a lado com Ajuda ao Desenvolvimento, porém, no sentido de tornar a Ajuda cada vez menos necessária.

5. A Dívida Externa

Quanto à dívida, a Guiné-Bissau depende fortemente do endividamento para financiar o seu orçamento, nomeadamente os investimentos públicos.

i. As tendências e a vulnerabilidade da dívida pública

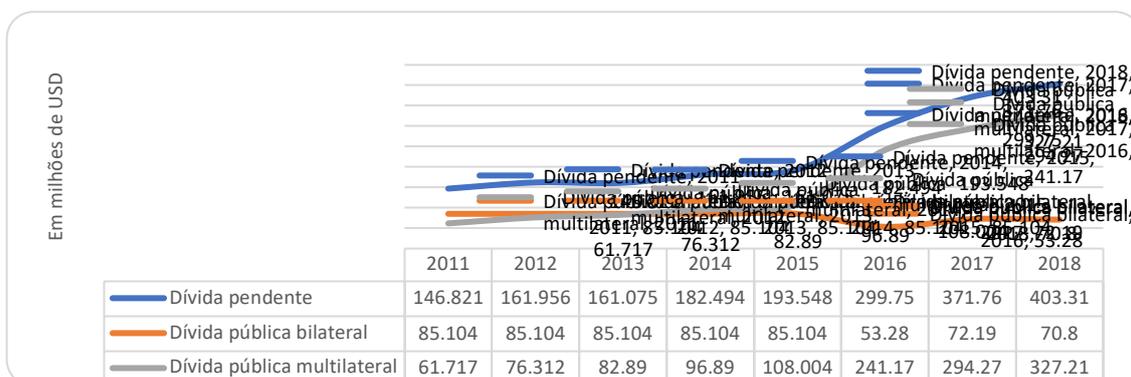
A Guiné-Bissau atingiu o ponto de conclusão da iniciativa dos países pobres altamente endividados (PPAE) em dezembro de 2010. Este acontecimento revela os esforços envidados pelo Governo para programar as reformas necessárias para o saneamento das finanças públicas, melhorar a atratividade da economia do país, os progressos no funcionamento da administração e a solução de problemas de defesa e segurança. Tendo em conta o fato que a Guiné-Bissau atingiu o ponto de conclusão da iniciativa PPAE em dezembro de 2010, resultou no cancelamento de mais de 86,5% da dívida. A redução da dívida consentida pelosadores baixou o coeficiente da dívida-PIB de 138,4% em 2009 para 28,7% em 2011²³. Depois de o país ter alcançado o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em 2010, os pagamentos de juros ressurgiram em 2014 em virtude da acumulação de dívida para financiar os défices orçamentais. Contudo, em 2017, os encargos com juros sobre o stock global da dívida foram reduzidos através da eliminação de dívidas internas dispendiosas e da obtenção de condições mais favoráveis para os empréstimos²⁴.

De forma geral a situação da dívida externa pública do país continua a aumentar, sobretudo, ao nível dos parceiros multilaterais, de 61,7 bilhões de FCFA em 2011 para 327, 2 bilhões de FCFA em 2018. Porém, a dívida ao nível bilateral tem reduzido ao longo dos anos, de 85,1 bilhões de FCFA em 2011 para 70,8 bilhões de FCFA em 2018.

²³ FMI. Relatório do FMI No. 11/353

²⁴FMI. Relatório do FMI n.º 17/381

Gráfico 6: Dívidas Públicas 2011 – 2018 (em milhões de US\$)



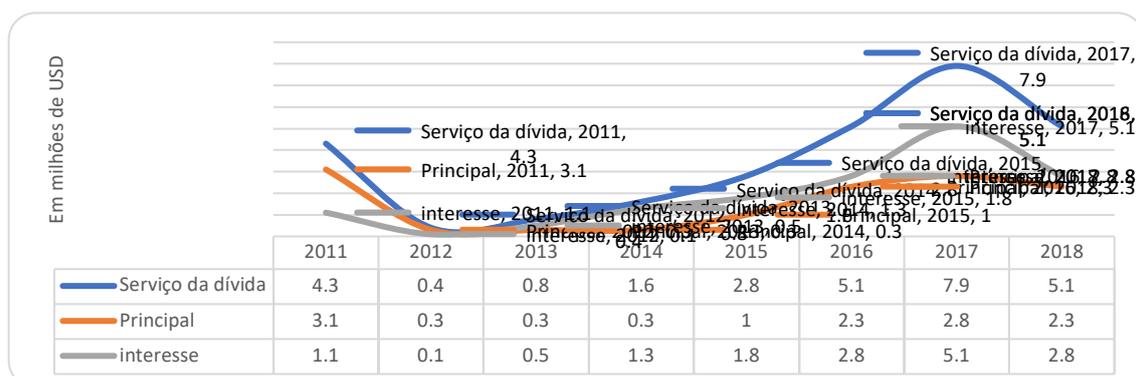
Fonte: BCEAO. DPE - Dette Publique Exterieur, 2019

ii. O peso da dívida e do serviço da dívida ao país

Com um melhor desempenho orçamental e gestão da dívida os progressos na resolução dos atrasados da dívida externa estão a ajudar a reduzir o fardo da dívida da Guiné-Bissau. Com um baixo défice orçamental, projeta-se que o endividamento público, enquanto rácio do PIB, diminua de 54,1 por cento do PIB em 2016 para 49,2 por cento do PIB no final de 2017. Além disso, o peso dos juros de todo o saldo de dívida foi reduzido através da eliminação das onerosas dívidas internas e da obtenção de condições mais favoráveis nos empréstimos do Banque Ouest-Africaine de Développement(BOAD). O legado de atrasados da dívida externa foi também reduzido, tendo o governo obtido um alívio da dívida de 3,2 por cento do PIB na sequência de um acordo recente com o Eximbank de Taiwan (Província da China), que anulou 90 por cento das dívidas provenientes de dois créditos de 1990. Os passivos contingentes demonstraram constituir um risco, no entanto, com pedidos de mobilização das garantias da dívida pública (à Guiné-Telecom (1,4 por cento

do PIB) no ano 2016 e à EAGB (0,8 por cento do PIB) em 2017) foi possível dispor de recursos para outras despesas²⁵.

Gráfico 7: Serviços da dívida 2011 – 2018 (em milhões de US\$)



Fonte: BCEAO. DPE - DETTE PUBLIQUE EXTERIEURE, 2019

O peso da dívida tem diminuído nos últimos anos devido às amortizações líquidas a credores multilaterais e bilaterais. Todas as dívidas com os credores do Clube de Paris (exceto Rússia e Brasil) foram canceladas ou reagendadas, na sequência das iniciativas dos PPME e alívio da dívida multilateral. Cerca de metade da dívida externa pública restante é devido aos credores multilaterais e a outra metade aos credores que não fazem parte do Clube de Paris.

iii. As medidas adotadas na realização de uma dívida sustentável

Os riscos para a sustentabilidade da dívida estão a ser contidos. Uma melhoria na gestão orçamental ajudou a diminuir o endividamento público de 53,3% do PIB em 2016 para 50,1% em 2017. Além disso, a gestão da dívida foi reforçada pelo recurso reduzido a descobertos bancários onerosos e pela introdução de um novo software de gestão da dívida (SYGADE 6.0), estando em curso melhorias adicionais. A análise da sustentabilidade da dívida indica um risco moderado de sobre-endividamento externo com vulnerabilidades acrescidas para a dívida pública total, o que reflete uma elevada dívida interna (37,7% do PIB no final de 2017)²⁶.

²⁵ FMI. Relatório do FMI n.º17/380.

O país planeia limitar a contração de empréstimos em linha com as metas do programa. Tendo em vista os riscos para a economia e cientes da sua limitada capacidade de absorção e de gestão da dívida, as autoridades estão empenhadas em evitar empréstimos não concessionais e dívida externa de curto prazo. Apesar de os empréstimos não concessionais a projetos assinados em 2017 (todos do BOAD) serem em moeda nacional e, por conseguinte, não estarem sujeitos ao critério de desempenho relativo a endividamento externo não concessional, as autoridades estão a explorar formas de tornar o financiamento destes novos projetos mais concessional. Estão também a propor a expansão do teto do programa relativo ao crédito interno líquido à administração central por forma a incluir todos os empréstimos não concessionais em moeda nacional²⁷.

A prudência na gestão e monitorização da dívida são críticos, já que o país se prepara para realizar os investimentos em infraestruturas e sectores sociais prioritários. A sustentabilidade da dívida depende fundamentalmente das políticas macroeconómicas que, por sua vez aumentam as possibilidades de acesso ao financiamento concessionais externos disponíveis. É importante reconhecer o papel contributivo da gestão prudente da dívida e implementação de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e aumentar o crescimento global e perspectivas de exportação. O país tem adotado o regulamento N°09/2007/CM/UEMOA quadro de referência para a política da dívida pública e a gestão da dívida pública nos estados-membros da UEMOA.

²⁶Relatório do FMI n.º 18/147

²⁷Relatório do FMI n.º 18/147

6. Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tem um papel relevante na construção e fortalecimento da capacidade produtiva do país, conduz aos benefícios tangíveis e intangíveis, incluindo o crescimento das exportações, tecnologia e transferência de habilidades, geração de emprego e erradicação da pobreza. Portanto, as políticas para atrair e reter os IDE são componentes essenciais das estratégias nacionais de desenvolvimento. Ainda, um quadro económico, jurídico e institucional estável é crucial para atrair o IDE e promover o desenvolvimento sustentável. De 2011 a 2018 os IDE têm oscilado, uma média de 19,5 milhões U\$S por ano.

Tabela 3: Evolução de IDE 2011 – 2018 (em milhões de U\$S)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Fluxo de IDE	25,0	6,6	19,6	28,9	18,6	24,0	15,7	17,3

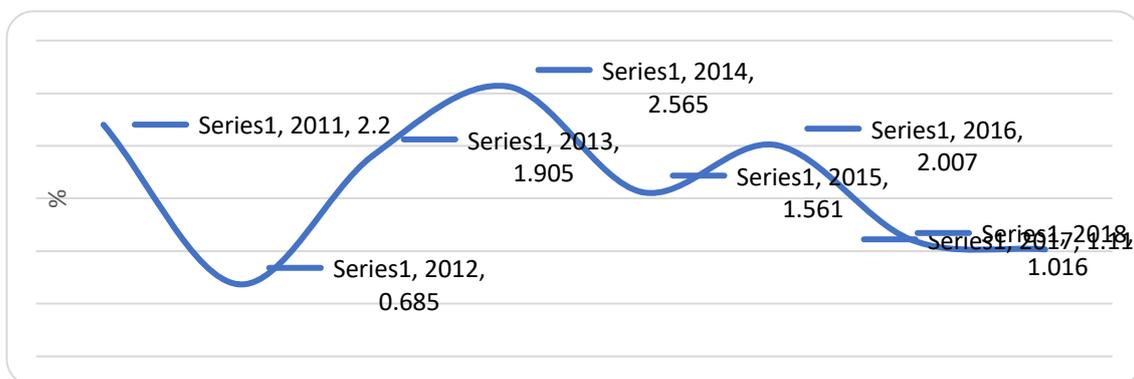
Fonte: UNCTAD. Folder: ForeigndirectinvestmentflowsandstockForeigndirectinvestmentflowsand stock, 2019

i. O impacto do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) sobre o desenvolvimento

Os fluxos de IDE na Guiné-Bissau aumentaram consideravelmente após a adesão do país à UEMOA em 1997, passando de 512 milhões de FCFA (0,4% do PIB) em 1996 para 6,8 bilhões de FCFA (4,1 % do PIB) em 1997. Devido à instabilidade política que prevaleceu no período de 1998 a 2005, os fluxos de IDE recuaram para menos de 5,0 bilhões de FCFA por ano. Em 2006 e 2007, os fluxos de IDE recuperaram-se e os recursos mobilizados resultaram na criação de novas estruturas econômicas nos setores financeiros (instalação de dois novos bancos e uma companhia de seguros, quase todos os quais o capital é de propriedade de investidores não residentes), hoteleiros (privatizações de duas unidades hoteleiras) e telecomunicações (instalação de duas operadoras de telefonia móvel). Em 2008, os fluxos de IDE caíram significativamente, de 9,0 bilhões de FCFA para 2,7 bilhões, uma vez que nenhum projeto de IDE em grande escala havia sido estabelecido. Desde 2009, os fluxos voltaram à

tendência de alta, atingindo 12,1 bilhões em 2011. Esse desenvolvimento reflete o investimento renovado no setor financeiro com o aumento de capital dos bancos em 2010²⁸. No período 2011-2018, os fluxos de IDE em relação ao PIB ficaram em média de 1,6%. No entanto, é importante remover as restrições que impedem o desenvolvimento do setor privado, em particular as deficiências no setor de energia, infraestrutura (estradas, porto e aeroporto) e o ambiente jurídico. A consolidação da estabilidade sociopolítica também permanece um pré-requisito para o aumento da mobilização dos fluxos de IDE.

Gráfico 8: Investimento estrangeiro direto / PIB 2011 - 2018



Fonte: BCEAO. Balance des paiements et position extérieure globale, 2019

De 2011 à 2019 o país tem empenhado em atrair o IDE, resultando na construção de dois grandes hotéis na cidade de Bissau (CEIBA e Royal Hotel), abertura de um banco (Banco Atlantique), duas fabricas de processamento de castanha de caju. Além disso, o número das empresas aumentou no país. Entre 2011 a 2015, o Centro de Formalização de Empresas (CFE) registrou 1.954 empresas, dos quais 10.29% foram registrados na forma jurídica S.A e 89.71 como S.A.R.L. Ainda do total das empresas registradas 46.62% são empresas nacionais, 32.14% empresas estrangeiras e 21.24% são empresas de capital mista. Em termos de participação feminina no negócio, ainda é muito baixo, 83.53% das empresas formalizadas pertencem aos homens, apenas 6.09% são das mulheres e 10.38% mista (homens e mulheres). Ainda se

²⁸ BCEAO. Evolution des investissements directs étrangers dans les pays de L'Uemoa au cours de la période 2000-2011.

verifica uma tendência no aumento anual das empresas, uma média de aumento de 15% ao ano.

Das 1954 empresas formalizadas, 91% foram licenciadas em comércio, 5% em indústria, 3% no turismo. Apesar do peso das empresas licenciadas no sector de comércio, não significa que estão operando neste sector, ou estão investindo nas áreas que foram licenciadas. Sabe-se que uma parte das empresas formalizadas até o momento não estão operando no mercado, por diversos motivos. Estes dados apenas indicam as intenções ou preferências dos investidores no sector de comércio.

Segundo o relatório do Banco Mundial Doing Business 2020, apesar de uma melhoria de 2 pontos (176) verificada em 2019 contra 174 pontos em 2011²⁹, o ambiente de negócio continua a apresentar fracos indicadores ao nível da sub-região.

Tabela 4: Comparação de performance do país no Doing Business 2011 - 2020

	2011	2019	Diferença
Facilidade de Fazer Negócios	33,7	43,2	9,5
Abertura de empresas	4,3	75,2	70,9
Obtenção de alvarás de construção	46,2	45,2	-1
Obtenção de eletricidade	35,7	29,6	-6,1
Registro de propriedades	32,1	54,5	22,4
Obtenção de crédito	18,8	30	11,2
Proteção dos investidores minoritários	40	44	4
Pagamento de impostos	57,9	55,2	-2,7
Comércio internacional	65,4	59,6	-5,8
Execução de contratos	36,4	38,6	2,2
Resolução de Insolvência	0	0	0

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2011, 2020

O IDE é reduzido no país devido em parte aos constrangimentos do ambiente de negócios. A remoção destes constrangimentos irá desbloquear o potencial das empresas privadas e apoiar o círculo virtuoso entre a governação e o crescimento liderado pelo sector privado. As estradas e o porto estão num estado precário, o que aumenta o custo de aceder a mercados. O acesso a financiamento é severamente limitado, reduzindo o espaço para os empreendedores investirem na produtividade dos seus negócios. Como exemplo, o acesso ao crédito para adquirir fertilizantes para aumentar os rendimentos do cultivo é impossível para a maioria dos guineenses. As

²⁹17 BANCO MUNDIAL (2020). Doing Business in Guinea Bissau;

dificuldades de acesso a financiamento também afetam a comercialização do caju. Um ambiente regulatório ineficiente não é conducente a um ambiente de negócios favorável³⁰.

ii. A contribuição do IDE em áreas-chave de desenvolvimento

O IDE que pode ter um efeito transformativo na Guiné-Bissau, especialmente se o país quiser mover-se para o processamento em larga escala de caju. A produção de arroz dispõe de um potencial considerável, incluindo possivelmente para exportação. Outros sectores de crescimento potencial são as pescas, mineração e turismo.

No final de 2017, o estoque de recursos mobilizados para investimentos diretos estrangeiros era de 109.4 bilhões de FCFA, dos quais 44.7 eram de outros países da UEMOA, 24.4 bilhões de FCFA da zona do euro, 15.3 bilhões de FCFA de outros países africanos, excluindo CEDEAO, CEMAC e UEMOA, 10.3 bilhões de FCFA da Ásia e 5.1 bilhões de FCFA da América. Os principais setores que se beneficiam desses fluxos de IDE são os setores hoteleiro, telecomunicações e industrial, com a continuação das obras de construção de três complexos hoteleiros, e construção de uma fábrica de cimento.

iii. Exemplos de políticas implementadas para atrair o IDE e garantir o seu impacto

As medidas voltadas com objetivo de atrair e reter um maior IDE para o país, especialmente com o objetivo de diversificar a base de produção e aumentar a capacidade produtiva e reforçar as iniciativas para apoiar o investimento. Em conjunto (Governo e parceiros internacionais) estão a trabalhar em medidas para promover quadros estratégicos e regulamentares para o IDE e outros fluxos de recursos, que incluem áreas políticas vitais, tais como o desenvolvimento de infraestrutura, facilidade do comércio, pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia. Estas medidas incluem:

³⁰ Banco Mundial. GUINÉ-BISSAU memorando económico do país

- A criação da Direção Geral de Promoção do Investimento Privado (DGPIP)³¹. A DGPIP é um estabelecimento público, criado por Decreto Nº 04/1991 PR de 14 de outubro. Encontra-se sob a tutela técnica do Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional. É porta voz do Governo junto ao sector privado. Está em curso a transformação de DGPIP para uma agência de promoção de investimento privado como recomendado pela CEDEAO.
- Adesão a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA). Em 2006 Guiné-Bissau tornou 168 membros da MIGA do Grupo Banco Mundial. A agência permite que as empresas estrangeiras elegíveis que procuram investir na Guiné-Bissau recebam cobertura de garantia da MIGA, que protege os investimentos contra os riscos de restrição de transferências, expropriação, quebra de contrato, guerra e distúrbios civis (incluindo o terrorismo). Os investimentos da Guiné-Bissau para outros países em desenvolvimento também podem receber cobertura. A MIGA também oferece serviços de assistência técnica a país elegível para atrair mais IDE³².
- Criação de Centro de Formalização das Empresas (CFE). Em 2011 foi criado o CFE com a finalidade de facilitar o processo de formalização das empresas. Esta iniciativa foi lançada no âmbito da cooperação entre a Comissão da UEMOA e da CNUCED e tornou possível graças ao apoio do Governo do Luxemburgo. A CFE já registou mais de 1.954 empresas.
- Criação de e Regulação, um serviço de informação on-line disponibilizado pelo Ministério da Economia e da Integração Regional e o Centro de Formalização de Empresas (CFE) para facilitar os procedimentos administrativos aos operadores económicos, nacionais ou estrangeiras³³.
- Assinatura do memorando de entendimento do compacto específico da Guiné-Bissau, julho de 2019, entre a Guiné-Bissau, Portugal e o Banco Africano de Desenvolvimento com objetivo permitir ao sector privado guineense obter investimentos da parte da referida instituição bancária³⁴.
- De igual modo o Governo adotou e criou alguns instrumentos legais e normativos que incluem:
 - Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA) criado em 17 de outubro de 1993, em Port Louis,

³¹<http://dgpip-bissau.blogspot.com/>

³²Banco Mundial.
<https://www.miga.org/Lists/General/CustomDisp.aspx?ID=416&ContentTypeId=0x01004F567ECFB0CBF944AFE03664EC54A394>

³³CFE. <https://guineebissau.eregulations.org/>

³⁴ DGA. compacto lusófono foi assinado e vai atrair investimentos ao sector privado guineense. <http://www.dga.gw/pt/noticias/117-compacto-lusofono-foi-assinado-e-vai-atrair-investimentos-ao-sector-privado-guineense>

Maurícias, é um sistema de leis comerciais e institucionais adotados por dezassete nações da África Ocidente e Central.

- O novo Código de Investimento (2011) revoga o Código de Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 03/2009. O novo Código de Investimento aprovado busca aproximar as regras em vigor na República da Guiné-Bissau às da versão atual do projeto de código comunitário, visando assegurar uma transição mais suave, com poucas mudanças, para a eventual harmonização da legislação nesta matéria, no âmbito da nossa integração económica sub-regional.
- Outros instrumentos legais disponíveis compreendem o Código de Trabalho (em revisão), Código Mineiro, Regime Jurídicos da Atividade Farmacêutica, Regime de exploração das pedreiras, Lei Geral sobre a Pesca etc.

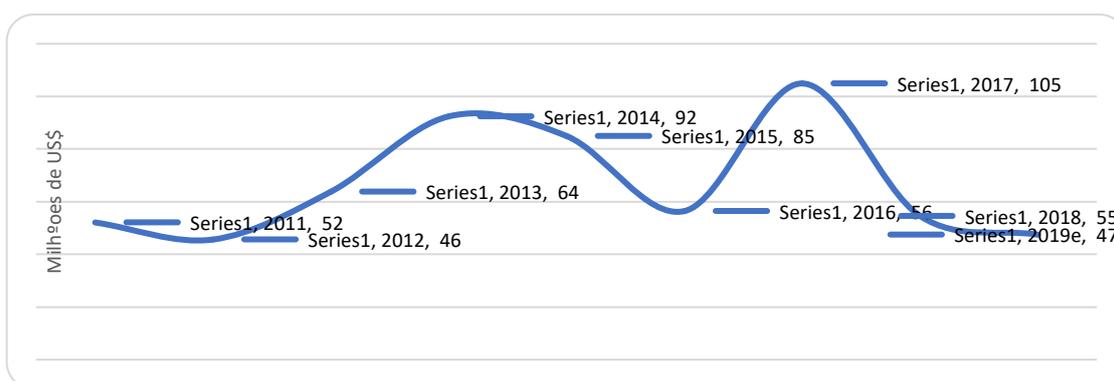
A fim de melhorar o conhecimento sobre o ambiente de negócio, o INE através do apoio do PNUD, iniciou em novembro de 2015 recenseamentos das empresas no país, a fim de obter os dados sobre número real das empresas existentes no país, áreas de atuação etc. Através destes dados será possível analisar os fluxos dos investimentos nacionais e estrangeiros, nomeadamente em que sector são destinados os investimentos e o volume de investimento por setor, como também podem servir para questões de tributação. Apesar de que o Governo fiscaliza as empresas através do Número de Informação Fiscal (NIF), o que possibilita conhecer as contribuições fiscais de cada empresa.

Apesar das melhorias registadas no ambiente de negócio, muitos aspetos precisam ser melhorados, as taxas e os impostos continuam elevados em relação à sub-região, ainda persiste corrupção, muitas taxas e impostos são cobrados de forma ilegal, o sistema judicial continua fraco. Igualmente, é preciso melhorar os serviços de energia, dos transportes, do porto, da Câmara Municipal de Bissau, das alfândegas. A ineficiência destes serviços acarreta custos ao investidor associado à complexidade no pagamento dos impostos, desencorajam o investidor.

7. Remessas dos Emigrantes

No que toca à evolução das transferências dos fundos dos emigrantes, estima-se que em 2019, 1.4% da população guineense eram migrantes, dos quais 51.7% mulheres abaixo de 15 anos³⁵. Os principais destinos de migração são Portugal, seguido de Senegal, Gâmbia, Espanha e Cabo-Verde. Em 2011 as remessas de fundos dos emigrantes para Guiné-Bissau totalizaram 52.1 milhões de dólares, em 2017 atingiram 105 milhões de dólares. Entre 2011 e 2019 o país recebeu uma média de 67 milhões de dólares por ano. De forma geral, as remessas dos migrantes tem aumentado ao longo dos últimos 10 anos. Em 2019 as remessas dos migrantes representaram 1.8% do PIB do país.

Gráfico 9: Remessas dos fundos dos migrantes 2011 – 2019 (em milhões de dólares)



Fonte: Banco Mundial. MigrationandRemittances2019. <https://www.worldbank.org/en/topic/labormarkets/brief/migration-and-remittances>

Apesar de aumento das remessas de fundos dos emigrantes para o país, a Guiné-Bissau beneficia apenas de 1.5% dos fundos destinados na zona UEMOA. Comparado com outros países da UEMOA é o país com percentagem mais baixo.

As remessas dos emigrantes são feitas por meio das empresas de transferências rápidas, bancos juntamente com os intermediários formais, porém, os mesmos serviços de remessa são oferecidos através de canais

³⁵UN DESA. Migration data portal. https://migrationdataportal.org/data?i=stock_abs_&t=2019&cm49=624

informais. As empresas de transferências rápidas são instituições preferidas pelos emigrantes para o envio das remessas. A preferência é devido à sua disponibilidade, rapidez e segurança das transações, bem como a flexibilidade dos seus requisitos administrativos. No entanto, estas empresas cobram taxas elevadas.

Já o sistema bancário é confrontado com muitas restrições, incluindo a falta de pontos de serviços, sobretudo nas zonas rurais. Este fenómeno é explicado por constrangimentos estruturais relacionados ao baixo desenvolvimento de infraestrutura local, incluindo telecomunicações e abastecimento energia, que restringem a disponibilidade de serviços financeiros. Esta falta de fornecimento de serviços de transferência limita o desenvolvimento de uma maior concorrência no sector, o que seria propício a uma redução nos custos do serviço. Devido ao acesso limitado e os custos elevados de serviços de transferências muitos migrantes opta por canais informais para envio das remessas (22% dos fundos passam por canais informais de transferência, através de comerciantes, empresários ou são feitas por telefone).

i. O impacto das remessas no desenvolvimento como um complemento a outras fontes de desenvolvimento

Apesar dos efeitos negativos da migração, nomeadamente a fuga de cérebros, a migração oferece oportunidade significativa para o desenvolvimento do país de origem, atendendo a quantidade das remessas transferidas anualmente pelos migrantes para o país de origem. As remessas são recursos financeiros privados significativos para as famílias no país de origem. Estas remessas contribuem para a redução da pobreza, nomeadamente através da melhoria dos rendimentos das famílias, educação, cuidados de saúde, investimento etc. Representam uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos e a consolidação da sustentabilidade das contas externas.

Segundo os resultados do inquérito realizado pelo BCEAO (2011), revela que quase metade (46,2%) das remessas são enviadas para o Sector Autónomo de

Bissau (SAB), seguido de região de Caheu e Gabú, respectivamente. As remessas são feitas principalmente pelos emigrantes funcionários (85%). Das quais 33% são destinadas para os trabalhadores independentes, 8% para os funcionários, 11% para artesãos e 26% para estudantes. As remessas são, geralmente, destinadas para cobrir as necessidades de consumo que absorvem 48% e as remessas destinadas a saúde e educação são, respetivamente, 18,4% e 10,6%. A menor proporção das remessas é destinada aos investimentos (10,7%), dos quais 8% para investimentos imobiliários e 2,7% para outros investimentos. 45,4% dos fundos recebidos são provenientes de Portugal, seguidos pela Espanha (16,3%) e França (11,5%). No total, os fluxos da Europa representam 83,3% dos fundos recebidos. As remessas têm um carácter regular e são feitas em uma base mensal (87%), anual (8%) e trimestral (3%); ocasionais emissões representativas 2% do total emitido transferências.

F. Boa Governação em todos os níveis

A Guiné-Bissau enfrenta problemas profundamente enraizados de fraca governação e corrupção, que precisam de ser tratados para permitir que realize o seu potencial económico e melhore os padrões de vida da população³⁶. É preciso desenvolver uma estratégia nacional abrangente de combate à corrupção, focadas nos sistemas tributários, administração de receitas, Estado de Direito e no combate à corrupção e lavagem de dinheiro. De modo que o futuro imediato da Guiné-Bissau dependerá da sua governação.

A boa governação reflete a visão do governo tanto no Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza II (DENARP II) 2011 a 2015, como no recente Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka” no qual destaca que “Sem a paz e sem uma boa governação a confiança interna e externa não pode ser restabelecida e nada sustentável poderá ser iniciado”. O país tem feito progressos no domínio de boa governação, nomeadamente as eleições legislativas e presidenciais realizadas em 2014 e 2019 um passo para o restabelecimento da ordem constitucional representa uma oportunidade importante para instaurar um âmbito de boa governação e tirar o país permanentemente da sua situação de fragilidade.

Segundo o Ibrahim Index of African Governance, em 2011 o país encontrava-se na 46ª posição no rank na governança global em África (40,4 em 100) em 2017 caiu 0,2 pontos (40,2 em 100) ficando em 42ª (entre 54 países) em África. Os principais indicadores que mais deterioraram foram: i) ambiente de negócios (fraqueza dos bancos e restrições ao investimento estrangeiro); ii) segurança pessoal (agitação social); iii) segurança nacional (envolvimento do governo em conflitos armados e violência contra civis por atores não estatais); iv) segurança pessoal (segurança pessoal e tráfico de seres humanos); v)

³⁶ Africa21 Digital. <https://africa21digital.com/2019/10/01/guine-bissau-tem-problemas-profundamente-enraizados-de-fraca-governacao-e-corrupcao-fmi/>

gestão pública (saldo orçamentário); vi) transparência e *accountability* (corrupção no setor privado) e; vii) educação (fraca oferta de educação). Já os indicadores que apresentaram melhorias: i) saúde (provisão para tratamento antirretroviral e mortalidade infantil); ii) infraestrutura (Infraestrutura digital e de TI); iii) direitos humanos (ratificação e comunicação de convenções internacionais de direitos humanos); iv) gestão pública (serviços públicos *online*); v) gênero (leis sobre violência contra a mulher e igualdade de gênero no local de trabalho); vi) setor rural (acesso a serviços de pesquisa e extensão agrícola); vii) educação (matrícula no ensino médio e superior). A lei nº 7/99 que regula a declaração de bens pelos titulares de cargos público, em vigor desde 1 de janeiro de 2000, nunca foi aplicado. Em termos gerais o país não apresentou progressos em termos de boa governação³⁷.

Tabela 5: Indicadores de governação 2011 - 20218

Indicador	Medida	Ano		Comparaçã o
		2011	2018	
Voz e accountability		- 0.8534	- 0.6663	0,1871
Estabilidade política e ausência de violência / terrorismo		- 0.7536	- 0.6698	0,0838
Eficácia do governo	-2.5 to +2.5	- 1.0287	- 1.4879	-0,4592
Qualidade Regulatória		- 1.1236	- 1.1987	-0,0751
Estado de Direito		- 1.3064	- 1.2340	0,0724
Controle de Corrupção		- 1.1562	- 1.5337	-0,3775

Fonte: Banco Mundial. WorldwideGovernanceIndicators (WGI), 2019

1. As políticas e as medidas tomadas para melhorar a governação

As medidas adotadas pelo governo centram-se no reforço da gestão das finanças públicas, em um contexto de transparência, na modernização da administração pública, no seguimento da implementação das reformas no quadro das diretivas na UEMOA, na capacitação técnica para a implementação das políticas fiscal e orçamental, no acesso alargado a serviços

³⁷<http://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>

sociais, nas infraestruturas básicas e no desenvolvimento do sector privado.

Algumas medidas adotadas:

- A Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras, CENTIF-GB, criada pelo Decreto nº 1/2006, de 29 de Maio, tornou-se operacional a partir do dia 12 de abril de 2011;
- Em 2015 o Presidente da Assembleia Nacional Popular, empossou os membros do Instituto Superior de Luta Contra a Corrupção³⁸.
- Em setembro de 2015 o Tribunal de Contas entregou à Assembleia Nacional Popular (ANP) pela primeira vez dois pareceres sobre as contas gerais do Estado de 2009/2010³⁹. Em 2018 entregou ao Ministério Público auditorias feitas as nove empresas e instituições públicas guineenses a pedido do Ministério das Finanças no âmbito do programa com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial⁴⁰.
- Em 2015 o MEF realizou concurso público para recrutamento do Pessoal Técnico Superior da DGCI⁴¹.
- Em setembro de 2017, o Quadro de Pessoal criado pelo MRAFPT foi comparado com a lista de salários pagos pelo Ministério das Finanças, iniciando um processo de sincronia entre os recursos humanos geridos por um ministério e os salários pagos pelo outro. Este processo envolveu os salários de setembro e outubro de 2017 tendo implicações tanto no Quadro de Pessoal do Ministério da Função Pública, como na folha de salários do Ministério das Finanças.
- Durante muitos anos não foram efetuadas quaisquer alterações substanciais da política fiscal. O sistema fiscal da Guiné-Bissau baseia-se ainda, na sua maioria, no sistema colonial criado no início da década

³⁸<https://www.parlamento.gw/institucional/noticias/membros-da-luta-contr-a-corrupcao-tomam-posse>

³⁹<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20150925-guine-bissau-ninguem-control-a-limite-de-endividamento-publico>

⁴⁰<https://www.dn.pt/lusa/tribunal-de-contas-da-guine-bissau-entrega-ao-ministerio-publico-auditorias-feitas-a-instituicoes-9173950.html>

⁴¹<https://www.govserv.org/GW/Bissau/548301671930815/Minist%C3%A9rio-da-Economia-e-Finan%C3%A7as>

de 1960⁴². Existem duas principais fases da reforma fiscal. A primeira fase ocorreu na década de 1980, quando o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) foi revisto; e a segunda fase ocorreu na década de 1990, quando os impostos gerais de vendas e de serviços e o imposto especial de consumo foram introduzidos. Subsequentemente, foram efetuadas algumas alterações aos vários impostos através das leis do orçamento do Estado e leis individuais. Entretanto, desde a década de 1990, foram efetuadas poucas alterações à estrutura do sistema fiscal. Porém, no que se refere a parte organizacional e operativa algumas medidas foram tomadas, nomeadamente⁴³:

Medidas	Descrição da Implementação
Reorganizar a direção de impostos	- A direção de impostos foi organizada ao longo de linhas funcionais. - Os contribuintes foram segmentados pela sua relevância e os riscos que apresentam para os objetivos da administração fiscal
Melhorar a capacidade contributiva da Direção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI)	- Foi introduzido um novo quadro de funcionamento da DGCI e os serviços foram dinamizados. - A DGCI fortaleceu os seus procedimentos e processos centrais. - A administração fiscal contratou 94 empregados técnicos, seguindo um processo competitivo. - Foi implementado um módulo de registo automático do contribuinte, que resultou no aumento do número de contribuintes registados de 4.887 em 2014 para 12.413 em 2016. - Foi desenvolvido um modelo de fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias, que reduziu consideravelmente a possibilidade do pessoal ignorar de maneira ilegal penalizações e juros sobre pagamentos tardios.
Melhorar o registo dos contribuintes	- Foi desenvolvido um sistema de TI para registo dos contribuintes; porém, o seu uso continua limitado a algumas repartições devido à ausência de infraestrutura de TI na maioria das repartições. - A estrutura dos Números de Identificação Fiscal (NIF) foi revista de acordo com as melhores práticas. - A atribuição dos NIF à maioria dos contribuintes conhecidos foi concluída; e a Autoridade Aduaneira e o Departamento do Registo Comercial usam os NIF.
Desenvolver um plano estratégico para a reforma	- Foi desenvolvido um plano estratégico revisto de reforma das receitas para 2017–20, o qual foi aprovado pelo

⁴²Governo da Guiné-Bissau (2015), “Guinea-Bissau: Diagnostic Assessment of the Tax System and Work Plan for Reform”.

⁴³FMI, Relatório do FMI n.º 17/381

das receitas	Governo. - Foram desenvolvidos planos operacionais em linha com o plano estratégico. Foram designados gestores de projeto para cada uma das ações, e um modelo de monitorização foi definido.
Melhorar a cobrança de direitos e impostos	- Foi implementado um posto intra-comercial em Safim para reconciliar os dados das mercadorias das faturas com o conteúdo real da carga. - O software de gestão fiscal (SYDONIA++) foi alargado para um importante posto fronteiriço.

Além disso, o país tem estado a realizar esforços na promoção e respeito aos Direitos Humanos, esforços para fortalecer o quadro jurídico a fim de reforçar o Estado de Direito, esforços na reforma do setor público para aumentar a eficiência e a transparência da prestação de serviços e melhorar a capacidade humana e institucional. O país tem ainda vindo a intensificar os esforços para combater a corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, a transferência ilegal de fundos e outras atividades ilícitas, através do reforço das leis anticorrupção, regulamentos e a sua aplicação efetiva.

Em relação as questões sobre direitos humanos⁴⁴:

- Retificado:
 - Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment em 24 de setembro de 2013;
 - Second Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights aiming to the abolition of the death penalty 24 Sep 2013;
 - International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families 22 Oct 2018;
 - Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the involvement of children in armed conflict 24 Sep 2014;

⁴⁴UN.

https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=72&Lang=EN

- Convention on the Right of Persons with Disabilities em 24 Sep 2014
- Assinatura de Optional Protocol of the Convention against Torture em 24 Sep 2013

Conclusão

A instabilidade política e governativa na Guiné-Bissau ao longo da legislatura teve uma incidência continua no fraco alcance do desempenho das instituições e um impacto efetivo na capacidade de implementarem as políticas públicas, bem como na criação de um quadro de confiança entre atores locais, nacional e internacionais que permitisse a maximização dos esforços na melhoria dos indicadores socioeconómicos e de normalização da vida pública.

Essa situação de crise político-institucional teve incidência grave ao nível da paralisação a administração pública, particularmente no setor de ensino, que embora tenha havido aumento significativos na cobertura nacional da oferta educativa, a funcionalidade e a qualidade do sistema ficou fortemente afetada com sucessivas greves devido a falta de pagamento de salários aos professores. Ao nível da saúde, esforços foram implementados para a redução das taxas mortalidade materna e infantil com a criação da direção geral da saúde materna infantil e um esforço na coordenação e harmonização de políticas e intervenção de atores através da mobilização de recursos da cooperação internacional.

A situação dos direitos humanos teve flutuações. Em momentos de vigência de estado de direito e democrático, foi possível investir na construção dos tribunais regionais, funcionamento dos Centros de Acesso á Justiça, melhorar o quadro legal, como são casos da adoção da lei que criminaliza a exploração e tráfico infantil e das mulheres, a lei da paridade que estipulou uma cota no parlamento para 36% a favor das mulheres, a adoção do plano nacional do registo civil e da estatística, implementação de iniciativas da sociedade civil de monitorização de políticas públicas setoriais – saúde, justiça, recursos naturais, obras públicas e orçamento geral do estado. O facto de o governo ter atribuído uma nova designação ao Ministério da Justiça e dos Direitos

Humanos, contribuiu para reforçar a proteção dos direitos e iniciar um investimento ao nível do Observatório dos Direitos Humanos.

Do ponto de vista socioeconómico, embora tenha havido alguma melhoria ao nível do investimento em equipamentos sociais e infraestruturas de comunicação, particularmente na expansão da rede rodoviária, esta não foi contínua e nem teve incidência ao nível nacional, continuando condicionado a capacidade de abastecimento aos mercados internos. No entanto, o efeito do programa compra de alimentos locais produzidos pelos agricultores familiares para abastecimento das cantinas escolares envolvendo o governo, sociedade civil e atores da cooperação contribuiu para mobilização de produtores ao nível nacional o que contribuiu para melhorar a capacidade nutricional das crianças em idade escolar enquanto beneficiárias de alimentação escolar.

Importa referir que no setor produtivo, o país ainda elaborou e adotou o Plano Nacional de Investimento Agrícola e a Estratégia para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (2018-2030) que contribuiu para fornecer um quadro de compreensão abrangente dos desafios, discutir os papéis dos atores e coordenar a intervenção entre setores e territórios. A mobilização de recursos para implementação dessas estratégias poderá constituir uma das principais bases para alavancar a economia nacional com impacto na produção do emprego, circulação de capitais e serviços, bem como ao nível de investimento na economia familiar e setores sociais, permitindo assim aproximar das metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

O ambiente de negócio foi melhorado com medidas efetivas que contribuíram para redução de burocracias na criação de empresas como a implementação do guichet único, o fim de obrigação da existência de um capital social monetário na ordem de um milhão de francos cfa para abertura de conta e adoção de despenalização da carga fiscal durante os períodos de carência para microempresas. Essas medidas poderiam ter uma grande pujança se a capacidade de investimento da banca em termos de crédito fosse mais

diversificada, para além da castanha de caju – cuja situação deixa o sector financeiro com alto índice de crédito malparado, associado ao facto do capital nacional na banca ser quase que inexistente.

Contudo, a Guiné-Bissau continua a ser um estado frágil, com instituições e políticas descontínuas, altamente dependente do exterior (da ajuda pública ao desenvolvimento, das importações e das remessas dos emigrantes) pelo que é preciso uma visão e intervenção concertada ao nível de cooperação multi-atores, descentralizada com vista ao enfrentamento e supressão das debilidades e simultaneamente a implantação de capacidade nacional de resposta na prestação de serviços sociais, económicos, jurídicos, políticos, produtivos em prol da segurança humana com o desenvolvimento almejado.

Desse ponto de vista, o desafio da governança enquanto um sistema capaz de garantir justiça, inclusão, transparência e transformação social constituir-se-á uma das principais apostas para que o país possa ter capacidade de passar a produzir capacidade e autonomia de assegurar que o seu desenvolvimento atinja o nível médio até 2030.